

4. Empresas — Registo comercial

LISBOA

LISBOA — 1.ª SECÇÃO

BCP LEASING, S. A.

Sede social: Avenida José Malhoa, lote 1682, 1099-007 Lisboa
Capital social: 43 695 000 euros

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção). Matrícula n.º 9501; identificação de pessoa colectiva n.º 502147652; data da inscrição: 24 de Março de 2003.

Angelina Maria Bernardes da Luz Santos, escriturária superior da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa:

Certifico, para efeitos de publicação, que as cópias em anexo são a reprodução integral dos documentos arquivados na pasta respectiva, referentes à prestação de contas individuais da sociedade em epígrafe, do ano de 2002.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (1.ª Secção), 5 de Julho de 2005. — A Escriturária Superior, *Angelina Santos*.

Relatório e contas de 2002

Relatório do conselho de administração

I — Enquadramento económico e financeiro em 2002

Economia internacional

A estabilização da economia norte-americana, suportada pelo consumo privado e pelo investimento, a estagnação da actividade na área do euro, em linha com os sinais de debilidade do consumo privado e da FBCF, a contracção da economia japonesa e a persistência de instabilidade na América Latina, denotam a evolução desfavorável da envolvente macroeconómica internacional em 2002.

A deterioração das condições financeiras a nível global, reflectindo as fortes quedas dos mercados accionistas em 2002, o aumento dos *equity premiums* e a persistência da elevada volatilidade nos mercados financeiros, as dúvidas quanto à fiabilidade e transparência das demonstrações financeiras, bem como quanto à situação financeira e níveis de rentabilidade de várias empresas, a correcção do excesso de investimento em anos anteriores, o aumento dos níveis de desemprego e das tensões político-militares, terão sido os factores determinantes para o adiamento da recuperação económica mundial.

A persistência de riscos como a manutenção de tensões político-militares, a evolução dos países emergentes, o agravamento de desequilíbrios macroeconómicos dos principais países desenvolvidos, o efeito de riqueza negativo associado à queda dos mercados bolsistas e os reduzidos níveis de confiança dos agentes económicos suscitam dúvidas quanto à robustez e sustentabilidade da recuperação da economia mundial em 2003.

Contudo, a maior capacidade do tecido empresarial para absorver os choques recessivos, a moderação das pressões inflacionistas e a manutenção de políticas monetárias expansionistas suportam as expectativas de recuperação do PIB em 2003.

As taxas de juro de longo prazo nos EUA e na Europa descenderam expressivamente até ao início do 4.º trimestre de 2002, dado o adiamento da recuperação da actividade económica, a contenção das pressões inflacionistas e a maior preferência dos investidores por activos sem risco. Os *swaps spreads* alargaram-se traduzindo uma reavaliação do risco de crédito interbancário. No 4.º trimestre de 2002, as taxas de juro de longo prazo registaram uma inflexão ascendente dadas as perspectivas de consolidação da retoma em 2003 e 2004, o aumento da instabilidade político-militar e a recuperação dos mercados accionistas.

No Japão, a evolução das taxas de longo prazo afastou-se da tendência registada nos EUA e na Europa no 4.º trimestre, tendo-se assistido a uma queda das *yields*, dados os receios relacionados com o impacto do crédito vencido do sistema financeiro e os movimentos de *flight-to-safety* relacionados com a forte queda do mercado accionista nipónico.

Os principais índices bolsistas registaram descidas acentuadas em 2002, tendo a sua evolução sido condicionada pela atenuação do optimismo relativamente à evolução da economia mundial, pelas preocupações quanto à evolução dos lucros futuros das empresas, pelas dúvidas sobre a informação financeira apresentada pelas empresas cotadas, pelos elevados níveis de endividamento e pela deterioração da situação na América Latina.

O EuroStoxx50 valorizou 8,3% no 4.º trimestre, mas no conjunto de 2002 registou uma quebra de 37,3%. O índice PSI-20 registou uma valorização de 14,1% no 4.º trimestre de 2002, o que não impediu que sofresse uma desvalorização de 25,6% no conjunto do ano.

Os programas de reestruturação empresarial, as fortes correcções ocorridas nos últimos dois anos, o aperfeiçoamento das regras de supervisão, uma diminuição do *equity risk premium*, bem como políticas monetárias mais expansionistas nas principais economias industriais poderão influenciar positivamente os mercados accionistas.

Economia portuguesa

A conjuntura económica em Portugal em 2002 ficou marcada pela continuação da tendência de desaceleração da actividade, estimando-se mesmo uma ligeira contracção do PIB na segunda metade do ano, pelo que o crescimento do PIB no conjunto do ano terá sido inferior a 0,5%.

O perfil de evolução da procura observado desde o fim de 2001 não se alterou, observando-se o abrandamento do consumo privado, a contracção expressiva do investimento, o menor dinamismo das exportações e um esforço de contenção das despesas públicas.

O contributo da procura interna para a variação do PIB terá sido negativo, pela primeira vez desde 1993, devendo-se o contributo positivo da procura externa à contracção das importações, já que o enquadramento internacional não favoreceu a recuperação das exportações. Este perfil de crescimento continuou a contribuir para a correcção do desequilíbrio externo e para a redução das pressões inflacionistas.

Em 2002 os preços no consumidor apresentaram taxas de crescimento inferiores às verificadas em 2001. A taxa média de inflação situou-se em 3,6% em 2002 face a 4,4% em 2001, registando, no entanto, uma aceleração, em termos homólogos, a partir de Maio, em parte devido à subida da taxa do IVA em 2 p. p. A taxa de inflação homóloga situou-se em 4,0% no final de 2002 (3,7% em Dezembro de 2001), continuando a verificar-se taxas de crescimento dos preços de serviços superiores à dos bens.

A taxa de desemprego situou-se em 5,1% no 3.º trimestre de 2002, o que compara com 4,1% em 2001, reflectindo quer um menor crescimento do emprego, quer um aumento considerável do número de desempregados.

Face a um desvio do défice subsector Estado face ao orçamentado e a reiteração do objectivo de 2,8% para o défice do SPA de 2002, o governo adoptou nos últimos meses de 2002 um conjunto de medidas com vista à obtenção de receitas extraordinárias.

O crédito interno total registou um crescimento homólogo de 6,2% em Outubro de 2002 (11,8% em Dezembro de 2001; 6,6% em Junho de 2002), reflectindo por um lado a tendência de desaceleração do crédito concedido a empresas (para 5,2%) e, por outro, a estabilização das taxas de crescimento do crédito a particulares em torno de 10%. As perspectivas de adiamento das decisões de investimento e de consumo de bens duradouros deverão contribuir para a continuação do abrandamento do crédito interno.

As taxas de juro do sector bancário permaneceram relativamente estáveis ao longo de 2002, acompanhando a evolução da Euribor, verificando-se no final do ano uma ligeira tendência de redução, em linha com o corte da taxa de juro de referência do Banco Central Europeu de 3,25% para 2,75%.

II — Enquadramento sectorial

De acordo com os números divulgados pela Apelease, no ano de 2002 o sector do *leasing* verificou, pelo segundo ano consecutivo, uma quebra na produção. A situação económica global do país, o nível de expectativas e a evidente desaceleração do investimento permitem entender e enquadrar esta evolução do sector.

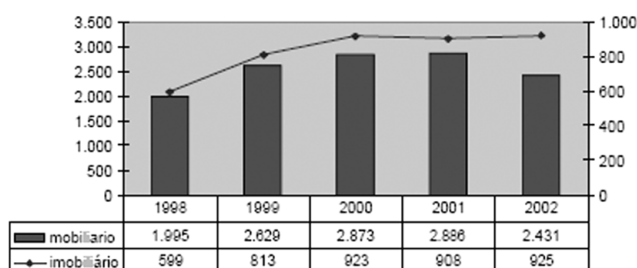
Evolução da produção em 1998-2002 (Apelease)

(Em milhões de euros)

	Produção				Produção do sector do <i>leasing</i>			
	Leasing mobiliário		Leasing imobiliário		Número de contratos	Taxa de variação homóloga (percentagem)	Valor	Taxa de variação homóloga (percentagem)
	Número de contratos	Valor	Número de contratos	Valor				
Ano de 1998	73 660	1 995	2 477	599	76 137	28,7	2 594	35,8
Ano de 1999	90 639	2 629	3 477	813	94 116	23,6	3 442	32,7
Ano de 2000	89 447	2 873	3 758	923	93 205	— 1,0	3 796	10,3
Ano de 2001	83 325	2 886	3 464	908	86 789	— 6,9	3 794	—
Ano de 2002	70 274	2 431	3 255	925	73 529	— 15,3	3 356	— 11,5

Foram concretizados 73 529 contratos de locação financeira, menos 15,3% que em 2001. Em valor, a produção atingiu 3356 milhões de euros contra os 3794 milhões de euros concretizados no ano anterior, reflectindo um decréscimo da actividade do sector em 11,5%.

O comportamento do sector nos produtos que constituem a locação financeira foi distinto. No *leasing* mobiliário, o mercado teve uma evolução mais recessiva com o número de contratos a diminuir 15,7%, tendo o valor dos mesmos ascendido a 2431 milhões de euros, menos 15,8% do que no ano anterior. No *leasing* imobiliário, o número de contratos diminuiu 6% tendo o respectivo valor atingido os 908 milhões de euros, mais 1,9% do que no ano precedente.

Produção do *leasing* mobiliário e imobiliário (Apelease)

Foi evidente a atenção das empresas de *leasing* para o negócio de imobiliário considerando este, evidentemente, a área de negócio com menor risco de crédito. Em sentido inverso, a actividade no negócio mobiliário reflectiu a redução muito sensível verificada no mercado de automóvel em 2002, aliás, extensiva a todo o restante investimento produtivo.

Tendo-se mantido o predomínio das grandes companhias cuja exploração está suportada em redes de distribuição bancárias, constatou-se uma *performance* bastante positiva dos operadores independentes e dos operadores especializados no mercado automóvel.

Assim, os cinco maiores grupos financeiros representaram 80,8% da produção contra os 83,9% no ano anterior, mantendo um elevado grau de concentração da actividade e em que o principal papel continuou naturalmente a ser desempenhado pela BCP Leasing com uma quota global de 26,6%.

A margem financeira gerada no sector, reflectiu o processo de reajustamento das taxas activas iniciado em 2001, crescendo 9,1% até ao final do 3.º trimestre de 2002.

O saldo de crédito concedido pelo sector, incluindo o saldo do crédito securitizado, atingiu 8437 milhões de euros no final do 3.º trimestre de 2002, traduzindo um crescimento superior a 3,5% relativamente ao ano anterior.

No crédito vencido, assistimos a um agravamento na maioria das empresas, reflectindo necessariamente a conjuntura económica, verificando-se um crescimento, no 3.º trimestre de 2002, de 15,6% face ao período homólogo do ano anterior o que obrigou a empresas a reforçarem as suas provisões específicas em 13,9% face a 2001.

Apesar do crescimento verificado na margem financeira, os resultados líquidos do sector decrescem, no final do 3.º trimestre de 2002, em 5,1% fundamentalmente pelo efeito do aumento das provisões.

No plano regulamentar, assistiu-se no sector do *leasing* à consolidação das alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 285/2001, em especial no que se refere à flexibilidade aos principais parâmetros contratuais, nomeadamente, prazos mínimos e valores residuais máximos.

As alterações introduzidas no quadro legal inerente às sociedades de locação financeira, assim como as implicações da aplicação da

directriz contabilística n.º 25, consagram mudanças significativas no quadro de funcionamento do sector, permitindo às sociedades de locação financeira a realização de locação operacional.

No entanto, em 2002, a generalidade das empresas manteve a composição da sua oferta de produtos não sendo assim visíveis alterações de vulto no seu comportamento, mantendo-se a completa predominância da locação financeira sobre a locação operacional.

Ainda no plano regulamentar e como facto relevante, foi publicado o Decreto-Lei n.º 186/2002, que poderá alterar substancialmente a composição das empresas a operarem no mercado. Este diploma estabelece a possibilidade das designadas IFICs poderem exercer as actividades de crédito especializado, estando apenas interdita a captação de depósitos.

III — Actividade desenvolvida

Introdução

Contribuindo para o reforço da capacidade competitiva da BCP Leasing, em 2002 foi feita uma forte aposta no aperfeiçoamento do sistema de *work-flow* de crédito, melhorando significativamente a qualidade da informação e suas funcionalidades, contribuindo para uma maior eficácia na análise e decisão de crédito.

Por outro lado, consolidou-se a sua utilização universal por todas as redes comerciais incluindo Canal Directo e Rede Seguradora Império Bonança.

Manteve-se em funcionamento durante o exercício, a operativa simplificada para *leasing* automóvel denominada Leaseauto Expresso, que consiste em determinadas delegações de competências e facilidades de contratação nas sucursais. Esta operativa permite apreciar, decidir e contratar uma operação de *leasing* automóvel em qualquer sucursal de forma muito expedita e rápida.

Foi concluído o projecto Management Information System (MIS), dotando a empresa de uma elevada capacidade informativa sobre a globalidade das variáveis determinantes para a gestão do negócio. As áreas comerciais passaram a dispor de um sistema de informação, permitindo uma avaliação permanente dos seus resultados ao nível da produção realizada, *spreads* praticados, crédito concedido e incumprimentos.

O ano de 2003 será um ano para alargar o número de utilizadores deste sistema permitindo a partilha de informação a todos os níveis da empresa garantindo assim um melhor conhecimento do desenvolvimento da actividade da BCP Leasing.

O ano de 2002 foi um exercício exigente no domínio do controlo das operações da empresa que exigiram reengenharia de processos de contratação e cobrança, para além da identificação, tratamento e estabelecimento de mecanismos de controlo sobre os diversos aspectos da exploração da empresa.

Em termos comerciais, de destacar a autonomização da direcção comercial da rede seguradora, com acompanhamento a nível nacional da rede balcões e de mediadores da Império Bonança. Pretendeu-se assim desenvolver o potencial de negócio que poderá ser captado nesta rede com uma significativa capacidade instalada, disponibilizando ao mesmo tempo à seguradora um instrumento adicional de fidelização dos mediadores. Será fundamental manter os princípios de selectividade do negócio permitindo assim um controlo da qualidade do crédito. Procedeu-se à reestruturação do canal directo da BCP Leasing, canal complementar às redes bancárias, tendo como objectivo a integração em espaços físicos das sucursais do BCP e uma melhor articulação com as mesmas.

No ano de 2002 foi possível continuar de forma consistente e alargada o processo de racionalização das estruturas da BCP Leasing, tendo em vista o mais correcto aproveitamento dos meios disponíveis e das sinergias existentes, visando a obtenção dos consequentes benefícios na exploração das empresas.

Actividade comercial

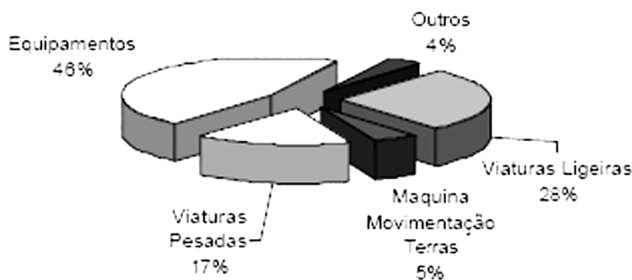
A BCP Leasing manteve a liderança de mercado com uma quota global de 26,6%, a que corresponde uma quota de 24,8% no negócio mobiliário e de 31,6% no negócio imobiliário.

No final do exercício de 2002, a produção global atingiu os 893 milhões de euros, correspondendo 602 milhões de euros (15 782 contratos) a *leasing* mobiliário e 291 milhões de euros a *leasing* imobiliário (1252 contratos).

Comparativamente com o ano anterior, a produção da BCP Leasing traduz uma quebra de 13,4% na produção global, sendo este explicado fundamentalmente pela evolução ocorrida no *leasing* mobiliário.

No *leasing* mobiliário o agregado de viaturas ligeiras, viaturas pesadas e máquinas de movimentação de terras representava 50% da produção.

Estrutura da produção *leasing* mobiliário por tipo de bem



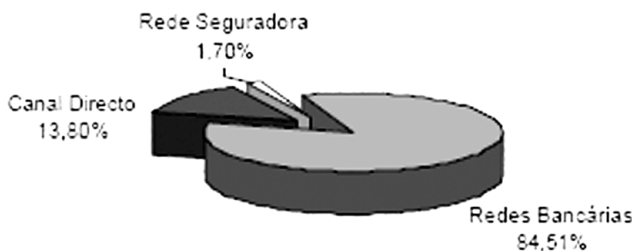
Na composição do novo negócio verificou-se um reforço da componente imobiliária e automóvel representando, no seu conjunto, 51,6% da produção contra os 48,4% verificados no ano anterior. Esta situação reflecte a estratégia de melhoria qualitativa da carteira de crédito com maior incidência em operações associadas a activos de menor risco.

Estrutura da produção imobiliário por tipo de imóvel



As redes bancárias contribuíram com 84,5% do total da produção alcançada. É de salientar, no entanto, o reforço do Canal Directo na contribuição para o negócio mobiliário, representando 18,3% da respectiva produção contra os 17,7% no ano anterior, privilegiando a locação de equipamentos com mercado secundário activo (viaturas pesadas e máquinas de movimentação de terras) e fomentando parcerias e acordos com fornecedores institucionais.

Distribuição produção mobiliário e imobiliário redes comerciais — 2002

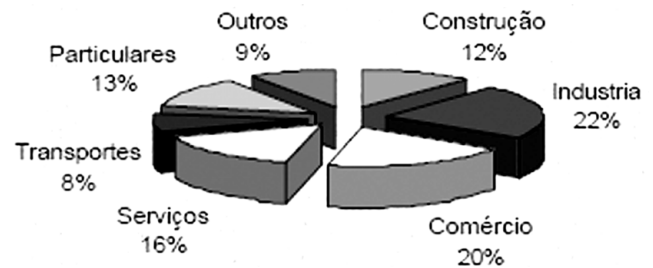


Prosseguindo este objectivo, já com efeitos expectáveis no próximo exercício, o Canal Directo concretizou acordos de parceria com diversos fornecedores de dimensão e prestígio, designadamente, na área de veículos pesados, máquinas de movimentação de terras e equipamento para construção civil.

No Canal Segurador é de salientar o processo de integração das estruturas das redes Império e Bonança determinando a consequente reestruturação da rede de mediadores. A produção em 2002 atingiu os 15,17 milhões, com um crescimento de 11% no negócio de imobiliário. O contributo para a produção global da BCP Leasing foi de 1,7%, em linha com o verificado no ano anterior.

O reforço da participação das Redes Bancárias foi essencialmente visível no negócio de *leasing* imobiliário com um crescimento de 7,5% face ao ano anterior, para o qual contribuiu a maior sensibilização dos agentes comerciais, visando posicionar o produto como uma alternativa válida em termos de financiamento para todo o tipo de imóveis (lojas, escritórios, armazéns, clínicas, instalações industriais e habitação).

Estrutura da produção por tipo de cliente



Importará realçar o reposicionamento interno verificado na área de financiamento automóvel, integrando quer a oferta de produtos específicos quer as equipas comerciais dinamizadoras deste negócio nas redes de retalho do Grupo.

Marketing e campanhas

No que refere ao negócio automóvel, em articulação com a unidade de produto de crédito do BCP e com as redes de retalho do Grupo, foram lançadas ao longo de ano campanhas destinadas aos segmentos de particulares e pequenas empresas nos períodos de maior incidência de vendas de viaturas.

De destacar o lançamento em final do ano de campanha destinadas aos clientes finais com oferta do Cartão D+. Refira-se igualmente o lançamento no último trimestre do ano da campanha de dinamização da solução automóvel destinada ao segmento de empresas, em articulação com as redes empresas e *corporate* do Grupo.

Relativamente aos negócios de *leasing* de equipamentos e imobiliário também foram concretizadas duas campanhas de dinamização, em articulação com a unidade de produto de crédito do BCP e com as redes de retalho do Grupo. Em particular, e no que se refere à campanha lançada no último trimestre do ano, esta foi elaborada tendo como enfoque os benefícios fiscais decorrentes da realização de operações de *leasing*.

Na rede seguradora as campanhas foram desenvolvidas com a preocupação de consolidação da oferta da BCP Leasing (solução automóvel, *leasing* equipamentos, e *leasing* imobiliário)

Carteira de crédito

A carteira de crédito vivo da BCP Leasing apresentava, no final de 2002, um valor de 2289 milhões de euros, reflectindo um crescimento de 4,39% face aos valores registados no fim do ano 2001 (2193 milhões de euros). Para este crescimento contribuiu a evolução positiva evidenciada pelo segmento de *leasing* imobiliário cuja carteira de crédito registou um acréscimo de 9,68%, apresentando no final do ano 2002 um valor de 1206 milhões de euros (que compara com 1099,5 milhões de euros em igual período de 2001).

O valor da carteira reflecte 69 431 contratos vivos e 43 160 clientes activos.

A evolução da carteira de *leasing* mobiliário, sendo influenciada negativamente pelo comportamento da produção de novo negócio, manteve-se sensivelmente ao nível do montante registado no ano anterior atingindo os 1083 milhões de euros contra os 1093 milhões de euros verificados em 2001.

Durante o ano 2002 não ocorreu qualquer programa de securitização de activos.

Crédito vencido

Não obstante o contexto recessivo e de deterioração da liquidez das empresas, a recuperação de crédito vencido atingiu 7,65 milhões de euros, montante em tudo semelhante ao ocorrido em 2001.

Em termos de indicadores de risco de crédito, o *ratio* do crédito vencido com mais de 90 dias sobre o total do crédito concedido teve um ligeiro aumento de 0,97% para 1,08%.

O grau de cobertura por provisões atingiu 118,72% para o crédito vencido total e 158,86% para o crédito vencido com mais de 90 dias, tendo-se constituído provisões (líquidas de anulações) de 13,3 milhões de euros contra os 13,4 milhões de euros em 2001.

O custo global da sinistralidade de crédito em percentagem da carteira média reduziu-se de 0,32% para 0,29% no final de 2002, o que demonstra a boa *performance* alcançada relativamente a esta variável do negócio que, aliás, se tem crescentemente mostrado como aquela que melhor diferencia o desempenho das sociedades de locação financeira e determina os seus níveis de rentabilidade.

IV — Resultados

A margem financeira atingiu 46 681 milhões de euros, que compara com os 41 751 milhões de euros de 2001, representando um crescimento de 11,8%. Para esta evolução, contribuiu essencialmente o aumento dos *spreads* da produção nova.

Para a compreensão da evolução do resultado de 2002 comparativamente a 2001 é importante referir a inexistência de prémios relativos a operações de securitização que representaram, no ano anterior, 2,76 milhões de euros.

Os custos de transformação apresentam um crescimento de 7,8%, explicado principalmente pela evolução da componente custos com pessoal (onde assumiu maior expressão o reforço na dotação para fundo de pensões).

De constatar uma evolução favorável no produto bancário por colaborador que, aumentando mais de 2,4%, atingiu os 193 000 euros.

O resultado líquido atingiu os 6,758 milhões de euros que compara com os 8,01 milhões de euros do ano anterior, representando um decréscimo de 15,6%. Em base comparável, isto é, sem considerar os resultados obtidos com os prémios de securitização, os resultados de 2002 teriam tido um acréscimo significativo relativamente a 2001.

V — Perspectivas para 2003

A actividade da BCP Leasing para o próximo exercício será desenvolvida num contexto de retracção no investimento, de contenção no consumo e investimento público e no possível agravamento das expectativas dos agentes económicos. A instabilidade a nível internacional transmite aos mercados sinais de incerteza não parecendo permitir condições para a retoma rápida do crescimento económico.

Neste contexto, será determinante para o reforço dos níveis de rentabilidade a adequada gestão da margem financeira, em particular das taxas activas, e do risco de crédito.

A BCP Leasing irá prosseguir o processo de racionalização das estruturas, tendo em vista o mais correcto aproveitamento dos meios disponíveis e das sinergias existentes, visando a obtenção dos consequentes benefícios na exploração da empresa.

Na continuidade de 2002, a BCP Leasing irá centrar a sua estratégia de actuação comercial no ano de 2003 privilegiando os seguintes vectores:

Reforço na interligação com as redes do Grupo Banco Comercial Português, melhorando os níveis de *cross-selling* e de serviço global em benefício da oferta de valor a clientes;

Consolidação dos importantes acordos celebrados pelo Canal Directo com fornecedores institucionais, permitindo potenciar o seu crescimento;

Fidelização dos actuais clientes da BCP Leasing, através da melhoria do serviço pós venda e da ênfase em acções de recompra;

Aproveitamento do potencial da nova estrutura da rede Império Bonança, tendo como objectivo o reforço do seu contributo para a produção global.

Por outro lado, ir-se-á manter a atitude de reforço das estruturas operativas e de informação da empresa, visando quer um melhor nível de serviço quer uma maior e mais atempada capacidade de gestão.

A recuperação de crédito e a gestão do crédito vencido continuará a desempenhar um papel fundamental na economia da BCP Leasing dada a continuação esperada de problemas de nível de actividade e de liquidez para a generalidade das empresas portuguesas.

A BCP Leasing irá manter-se atenta à evolução que poderá decorrer no sector em consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 186/2002, que poderá alterar substancialmente a composição da actual estrutura do mercado.

VI — Proposta de aplicação de resultados

Nos termos dos estatutos da sociedade e legislação aplicável, o conselho de administração da BCP Leasing, S. A., tendo em consideração a necessidade de dotar a empresa dos fundos próprios adequados ao crescimento dos activos, propõe aos senhores accionistas a seguinte aplicação para o resultado líquido positivo de 6 757 814,98 euros apurado no exercício de 2002 (em euros):

Para reserva legal	675 800,00
Para reservas livres	6 082 014,98

Lisboa, 20 de Janeiro de 2003. — O Conselho de Administração:
Paulo Azevedo Pereira da Silva, presidente — José Domingos Alves Silva Neves — Hélio Teixeira Duarte — João Adriano Azevedo Seixas Vale — Virgílio Luís de Sousa Repolho.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Accionistas com participações iguais ou superiores a 10% do capital social da BCP Leasing, S. A., em 31 de Dezembro de 2001:

Leasefactor, SGPS, S. A., detinha 43 690 500 acções da BCP Leasing, S. A., em 31 de Dezembro de 2001, correspondentes a 99,99% do capital social da empresa.

Posição accionista dos membros dos órgãos sociais da BCP Leasing, S. A.

Accionista	Título	Número de acções à data de 31 de Dezembro de 2002	Número de acções à data de 31 de Dezembro de 2001	Aquisições	Alienacões	Data	Preço unitário (euros)
Paulo Azevedo Pereira da Silva	BCP	25 046	30 529	—	—	—	—
	—	1 500	—	1 500	—	9-1-2002	4,1900
	—	—	—	—	2 883	19-11-2002	2,4200
	—	—	—	—	4 100	19-11-2002	2,4200
	(*)	1 511	—	1 511	—	23-12-2002	5,0000
	(1)	160	160	—	—	—	—
	(a)	50	50	—	—	—	—
	(b)	200	200	—	—	—	—
	(z)	200	200	—	—	—	—
	(u)	120	120	—	—	—	—
	(2)	250	250	—	—	—	—
	(3)	250	250	—	—	—	—
	(4)	42	—	42	—	21-5-2002	1 001,0823
	—	—	—	—	2 000	21-10-2002	2,1300
João Adriano Azevedo Seixas Vale	BCP	3 487	5 487	—	—	—	—
	(*)	210	—	210	—	23-12-2002	5,0000

Accionista	Título	Número de acções à data de 31 de Dezembro de 2002	Número de acções à data de 31 de Dezembro de 2001	Aquisições	Alienacões	Data	Preço unitário (euros)
Hélio Teixeira Duarte	BCP	3 573	6 975	—	—	—	—
	—	—	—	—	975	18-1-2002	4,4300
	—	—	—	—	2 427	21-10-2002	2,1200
	(*)	215	—	215	—	23-12-2002	5,0000
José Domingos Alves Silva Neves	BCP	28 274	28 274	—	—	—	—
	(*)	1 706	—	1 706	—	23-12-2002	5,0000
Virgílio Luís Sousa Repolho	BCP	15 577	15 577	—	—	—	—
	(*)	939	—	939	—	23-12-2002	5,0000
Maria Helena Esteves Caldas	BCP	850	850	—	—	—	—
	(*)	51	—	51	—	23-12-2002	5,00
Maria Antónia Sousa U. Repolho	BCP	231	231	—	—	—	—
	(*)	13	—	13	—	23-12-2002	5,00

Nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização é detentor de acções desta sociedade.

(*) Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis — Capital BCP 2005.

(a) Obrigações BCPA Capital Garantido Internet (99/04).

(b) Obrigações BCP Capital Garantido Telecomunicações Móveis (00/05).

(u) Obrigações BCPI Alta Poupança Variável (Jul/04).

(z) Obrigações BCPA Taxa Crescente (00/03).

(1) Obrigações CISF Taxa Fixa 3,25% (99/03).

(2) Obrigações BCPI Valor 5% (Dez/03).

(3) Obrigações BCPI Cap. Gar. Mais (Dez/05).

(4) Obrigações BCP Fin BK Eur Cr Link Multibanks.

O Conselho de Administração: *Paulo Azevedo Pereira da Silva*, presidente — *José Domingos Alves Silva Neves* — *Hélio Teixeira Duarte* — *João Adriano Azevedo Seixas Vale* — *Virgílio Luís de Sousa Repolho*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

ACTIVO

(Em euros)

	2002			2001
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	12 233	—	12 233	16 379
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	2 601 582	—	2 601 582	4 062 671
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	—	—	—	—
4 — Créditos sobre clientes	2 322 582 141	16 751 057	2 305 831 084	2 205 583 639
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	—	—	—	—
a) De emissores públicos	—	—	—	—
b) De outros emissores	—	—	—	—
(Dos quais: títulos próprios)	—	—	—	—
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	647	—	647	647
7 — Participações	1 098 085	8 968	1 089 117	409 764
8 — Partes de capital em empresas coligadas	—	—	—	—
9 — Imobilizações incorpóreas	5 882 567	5 201 988	680 579	688 980
10 — Imobilizações corpóreas	9 040 215	6 745 427	2 294 788	3 153 512
(Dos quais: imóveis)	(3 470 422)	(1 856 530)	(1 613 892)	(125 935)
11 — Capital subscrito não realizado	—	—	—	—
12 — Acções próprias	—	—	—	—
13 — Outros activos	31 695 797	3 230 729	28 465 068	23 496 201
15 — Contas de regularização	10 101 704	—	10 101 704	10 595 807
16 — Prejuízo do exercício	—	—	—	—
<i>Total do activo</i>	2 383 014 971	31 938 169	2 351 076 802	2 248 007 600

PASSIVO

	2002	2001
1 — Débitos para com instituições de crédito	1 248 366 581	945 605 203
a) À vista	—	—
b) A prazo	1 248 366 581	945 605 203

	2002	2001
2 — Débitos para com clientes	—	—
a) Depósitos de poupança	—	—
b) Outros débitos	—	—
ba) Débitos à vista	—	—
bb) Débitos a prazo	—	—
3 — Débitos representados por títulos	838 797 897	993 425 246
a) Obrigações em circulação	838 797 897	993 425 246
b) Outros	—	—
4 — Outros passivos	42 316 251	38 556 623
5 — Contas de regularização	21 308 125	24 618 110
6 — Provisão para riscos e encargos	23 110 761	22 122 613
a) Provisões para pensões e encargos similares	30 918	—
b) Outras provisões	23 079 843	22 122 613
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	125 366	2 493 989
8 — Passivos subordinados	84 879 790	129 771 600
9 — Capital subscrito	43 695 000	43 695 000
10 — Prémios de emissão	3 267 126	3 267 126
11 — Reservas	38 452 090	36 441 644
12 — Reservas de reavaliação	—	—
13 — Resultados transitados	—	—
14 — Lucro do exercício	6 757 815	8 010 446
<i>Total do passivo e capitais próprios</i>	<i>2 351 076 802</i>	<i>2 248 007 600</i>

Rubricas extrapatrimoniais

	2002	2001
1 — Passivos eventuais	—	—
Dos quais:		
1.1 — Aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados	—	—
1.2 — Cauções e activos dados em garantia	—	—
2 — Compromissos	—	—
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	—	—
3 — Activos recebidos em garantia	9 220 383	—
4 — Rendas vincendas e valores residuais	2 787 747 572	2 775 344 387

O Conselho de Administração: *Paulo Azevedo Pereira da Silva*, presidente — *José Domingos Alves Silva Neves* — *Hélio Teixeira Duarte* — *João Adriano Azevedo Seixas Vale* — *Virgílio Luís de Sousa Repolho*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

DÉBITO

(Em euros)

	2002	2001
1 — Juros e custos equiparados	82 613 491	106 078 789
2 — Comissões	13 248 448	10 811 300
3 — Prejuízos em operações financeiras	—	—
4 — Gastos gerais administrativos	19 682 838	18 105 586
4.1 — Custos com o pessoal	10 453 731	9 316 017
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(7 939 093)	(7 186 416)
(— encargos sociais)	(2 490 965)	(1 826 212)
Dos quais:		
(— com pensões)	(735 796)	(150 303)
4.2 — Outros gastos administrativos	9 229 107	8 789 569

	2002	2001
5 — Amortizações do exercício	990 399	1 075 515
6 — Outros custos de exploração	342 619	238 025
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	28 111 133	17 560 990
8 — Provisões para imobilizações financeiras	—	—
9 — Resultado da actividade corrente	10 704 625	12 000 931
10 — Perdas extraordinárias	1 504 456	855 620
11 — Impostos sobre lucros	3 661 512	4 648 000
12 — Outros impostos	455 148	447 406
13 — Lucro do exercício	6 757 815	8 010 446
	157 367 859	167 831 677

CRÉDITO

	2002	2001
1 — Juros e proveitos equiparados	129 294 039	147 829 610
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	—	—
2 — Rendimentos de títulos	—	—
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	—	—
b) Rendimento de participações	—	—
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	—	—
3 — Comissões	4 609 580	5 486 027
4 — Lucros em operações financeiras	—	—
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	13 599 843	1 799 053
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	—	—
7 — Outros proveitos de exploração	8 645 239	11 203 852
8 — Ganhos extraordinários	1 219 158	1 513 135
9 — Prejuízo do exercício	—	—
	157 367 859	167 831 677

O Conselho de Administração: *Paulo Azevedo Pereira da Silva*, presidente — *José Domingos Alves Silva Neves* — *Hélio Teixeira Duarte* — *João Adriano Azevedo Seixas Vale* — *Virgílio Luís de Sousa Repolho*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e das Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no Plano de Contas.

5 — Não existem diferenças significativas entre a avaliação dos activos efectuada no balanço e a avaliação de mercado.

6 — As participações financeiras detidas directamente pela sociedade à data de 31 de Dezembro de 2002, encontram-se apresentadas na nota n.º 5 às demonstrações financeiras e no final deste anexo às demonstrações financeiras.

7 — À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não detém quaisquer obrigações e outros títulos de rendimento fixo.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não detém quaisquer créditos, representados ou não por títulos, sobre empresas com ligação de participação, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não detém quaisquer créditos, representados ou não por títulos, sobre empresas coligadas, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo.

10 — O inventário da carteira de títulos e de participações é apresentado no final deste anexo às demonstrações financeiras.

11 — Os movimentos das imobilizações, para o exercício de 2002, encontram-se detalhados nas notas n.ºs 6 e 7 às demonstrações financeiras.

12 — À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não detém activos subordinados.

13 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer activos cedidos com acordo de recompra firme.

14 — A decomposição das rubricas 3 e 4 do activo é apresentada na nota n.º 4 às demonstrações financeiras.

15 — Não foram efectuadas quaisquer reavaliações de imobilizações corpóreas ou financeiras no exercício ou exercício anteriores.

16 — Os valores das rubricas registadas como imobilizado incorpóreo, estão incluídos na nota 6 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem, na sociedade, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — A decomposição dos débitos para com instituições de crédito, em função do prazo residual encontra-se apresentada na nota n.º 10 às demonstrações financeiras.

19 — O valor dos débitos representados por títulos, com vencimento no decurso do ano 2003 consta na nota n.º 11 às demonstrações financeiras.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo da sociedade, sobre empresas com as quais existia uma ligação de participação.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer débitos, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo da sociedade, sobre empresas coligadas.

22 — Em 31 de Dezembro de 2002, a sociedade detém passivos subordinados, conforme referido na nota n.º 15 às demonstrações financeiras.

23 — Em 31 de Dezembro de 2002, a sociedade tem compromissos assumidos no montante de 4 228 573 euros, conforme apresentado na nota n.º 29.

24 — A sociedade tem compromissos relativamente à responsabilidade contratada por pensões de reforma, conforme discriminado na nota n.º 19 às demonstrações financeiras.

25 — Os movimentos das contas de provisões da sociedade estão desenvolvidos nas notas n.ºs 4, 8, 14 e 22 às demonstrações financeiras.

26 — À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não detém títulos a vencimento.

27 — A decomposição da rubrica de acréscimos e diferimentos de proveitos e custos consta nas notas n.ºs 9 e 13 às demonstrações financeiras.

28:

a) Montantes ainda não imputados a resultados:

À data de 31 de Dezembro de 2002 não havia montantes relativos a custos resultantes de títulos adquiridos pela empresa por valor diferente do seu valor de reembolso.

Os montantes ainda não imputados a proveitos resultantes de títulos de investimento adquiridos pela sociedade por valor inferior ao seu valor de reembolso ascendem à data de 31 de Dezembro de 2002, a 35 euros.

b) Valor de mercado dos títulos de investimento:

A análise dos títulos de investimento, nomeadamente entre o valor contabilístico e o valor de mercado é apresentado na parte final deste anexo.

c) Títulos de negociação:

À data de 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não detinha carteira de títulos de negociação.

29 — O desenvolvimento das participações financeiras adquiridas no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, está expresso na nota n.º 5 às demonstrações financeiras.

30 — À data de 31 de Dezembro de 2002, não existem quaisquer partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis ou de títulos ou direitos similares.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.ºs 8 e 12 às demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos administrados pela sociedade por conta de outrem.

33 — Em 31 de Dezembro de 2002, a sociedade não detém operações a prazo não vencidas.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço na sociedade durante o exercício de 2002, distribuído por grandes categorias profissionais, encontra-se analisado na nota n.º 25 às demonstrações financeiras.

35 — O valor total de remunerações atribuídas pela sociedade aos órgãos de administração, fiscalização e direcção está expresso na nota n.º 25 às demonstrações financeiras.

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — O valor dos elementos do activo e passivo expressos em moeda estrangeira é apresentado como segue:

	(Em euros)
	2002
Activo	11 049 384
Passivo	10 540 230

38 — Os proveitos registados nas rubricas 1, 2, 3, 4 e 7 da demonstração dos resultados foram gerados na sua totalidade em Portugal.

39 — A decomposição dos custos e proveitos residuais e extraordinários do exercício é analisada nas notas n.ºs 24 e 27 às demonstrações financeiras.

40 — Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados constam na nota n.º 15 às demonstrações financeiras.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios está apresentada na nota n.º 28 às demonstrações financeiras.

42 — A distribuição da incidência do imposto sobre o rendimento é apresentada como segue:

	(Em euros)
	2002
Sobre resultados correntes	3 605 323
Sobre resultados extraordinários	—

43 — As contas da sociedade são objecto de consolidação pelo método integral na Leasefactor, SGPS, S. A., com sede na Avenida José Malhoa, lote 1682, 1099-007 Lisboa.

44 — A sociedade não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — A sociedade não detém operações de locação financeira na óptica do locatário à data de 31 de Dezembro de 2002.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Os montantes incluídos nos resultados da sociedade provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio, no âmbito da instrução n.º 7/98 — (BNBP n.º 5, 15 de Maio de 1998), totalizaram 185 900 euros de ganhos.

48 — Não foram efectuadas operações de titularização durante o exercício de 2002.

49 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira da sociedade.

O inventário de títulos e participações financeiras, à data de 31 de Dezembro de 2002, é analisado como segue:

(Em euros)

Natureza e espécie de títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Títulos:					
Unidades de participação:					
Fundo de Gestão Imobiliária	100	—	6,47	6,82	647
Participações financeiras:					
Acções:					
Sotima — Sociedade de Transformação Industrial de Madeiras, S. A.	1 798	4,99	4,99	—	8 968
Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.	300 000	5,00	3,63	—	1 088 367
Quotas:					
ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.	1	750,00	750,00	—	750
<i>Total de títulos e participações financeiras</i>					<u>1 098 732</u>
Provisões para participações financeiras					<u>(8 968)</u>
					<u>1 089 116</u>

O Conselho de Administração: *Paulo Azevedo Pereira da Silva*, presidente — *José Domingos Alves Silva Neves* — *Hélio Teixeira Duarte* — *João Adriano Azevedo Seixas Vale* — *Virgílio Luís de Sousa Repolho*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Balanço em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

(Em euros)

	Notas	2002	2001
Activo:			
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	2	12 233	16 379
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	2 601 582	4 062 671
Créditos sobre clientes	4	2 312 850 811	2 213 232 254
Obrigações, acções e outros títulos		647	647
Participações financeiras	5	1 089 117	409 764
Imobilizações incorpóreas	6	680 579	688 980
Imobilizações corpóreas	7	2 294 788	3 153 512
Outros activos	8	28 465 068	23 496 201
Contas de regularização	9	3 081 977	2 947 192
<i>Total do activo</i>		<u>2 351 076 802</u>	<u>2 248 007 600</u>
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito	10	1 248 366 581	945 605 203
Débitos representados por títulos	11	838 797 897	993 425 246
Outros passivos	12	42 316 251	38 556 623
Contas de regularização	13	21 308 125	24 618 110
Provisão para riscos e encargos	14	23 236 127	24 616 602
Passivos subordinados	15	84 879 790	129 771 600
<i>Total do passivo</i>		<u>2 258 904 771</u>	<u>2 156 593 384</u>
Situação líquida:			
Capital	16	43 695 000	43 695 000
Reservas e resultados transitados	17 e 18	41 719 216	39 708 770
Resultado do exercício		6 757 815	8 010 446
<i>Total da situação líquida</i>		<u>92 172 031</u>	<u>91 414 216</u>
		<u>2 351 076 802</u>	<u>2 248 007 600</u>

Contas extrapatrimoniais (nota n.º 29).

O Conselho de Administração: *Paulo Azevedo Pereira da Silva*, presidente — *José Domingos Alves Silva Neves* — *Hélio Teixeira Duarte* — *João Adriano Azevedo Seixas Vale* — *Virgílio Luís de Sousa Repolho*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

		(Em euros)	
	Notas	2002	2001
Juros e proveitos equiparados	20	129 294 039	147 829 610
Juros e custos equiparados	21	82 613 491	106 078 789
Margem financeira		46 680 548	41 750 821
Provisões para riscos de crédito	22	13 348 653	13 414 457
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		33 331 895	28 336 364
Outros proveitos:			
Comissões	23	4 609 580	5 486 027
Outras provisões	8	213 678	267 398
Outros proveitos	24	9 864 397	12 716 987
		14 687 655	18 470 412
Outros custos:			
Comissões	23	13 248 448	10 811 300
Custos com o pessoal	25	10 453 731	9 316 017
Outros gastos administrativos	26	9 229 107	8 789 569
Impostos		455 148	447 406
Amortizações do exercício	6 e 7	990 399	1 075 515
Outras provisões	8 e 14	1 376 315	2 614 878
Outros custos	27	1 847 075	1 093 645
		37 600 223	34 148 330
Resultado antes de impostos		10 419 327	12 658 446
Impostos sobre lucros	28	3 661 512	4 648 000
Resultado líquido do exercício		6 757 815	8 010 446

O Conselho de Administração: *Paulo Azevedo Pereira da Silva*, presidente — *José Domingos Alves Silva Neves* — *Hélio Teixeira Duarte* — *João Adriano Azevedo Seixas Vale* — *Virgílio Luís de Sousa Repolho*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos resultados por funções para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	(Em euros)	
	2002	2001
Margem financeira	46 680 548	41 750 821
Provisões para riscos de crédito	13 348 653	13 414 457
Margem financeira líquida	33 331 895	28 336 364
Comissões líquidas	(8 638 868)	(5 325 273)
Outros resultados de exploração líquidos	7 847 472	10 518 421
Margem de serviços	32 540 499	33 529 512
Resultado operacional antes dos custos de transformação	32 540 499	33 529 512
Custos com pessoal	10 453 731	9 316 017
Outros custos administrativos	9 229 107	8 789 569
Amortizações	990 399	1 075 515
Custos de transformação	20 673 237	19 181 101
Resultado operacional	11 867 262	14 348 411
Outras provisões	(1 162 637)	(2 347 480)
Outros resultados extraordinários	(285 298)	657 515
Resultados antes de impostos	10 419 327	12 658 446
Impostos	3 661 512	4 648 000
Resultado líquido	6 757 815	8 010 446
Resultado por acção	0,071	0,084

O Conselho de Administração: *Paulo Azevedo Pereira da Silva*, presidente — *José Domingos Alves Silva Neves* — *Hélio Teixeira Duarte* — *João Adriano Azevedo Seixas Vale* — *Virgílio Luís de Sousa Repolho*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	(Em euros)	
	2002	2001
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros, comissões e outros proveitos recebidos	134 532 507	154 580 650
Juros, comissões e outros custos pagos	(97 958 709)	(119 091 615)
Pagamentos a fornecedores e colaboradores	(14 526 834)	(26 643 530)
Recuperação de crédito e juros	5 507 221	5 922 457
Outros pagamentos e recebimentos	1 826 629	5 014 802
Bónus aos colaboradores	(698 994)	(357 294)
	28 681 820	19 425 470
Aumentos de activos operacionais:		
Fundos adiantados a clientes	(112 638 868)	(128 792 916)
Aumentos nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito	302 761 378	144 246 822
	218 804 330	34 879 376
Impostos sobre o rendimento pagos	(7 457 707)	(1 742 711)
	211 346 623	33 136 665
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Depósitos no Banco de Portugal	4 279	(676)
Receitas da alienação de imobilizado	510 705	402 310
Aquisições de imobilizado	(405 655)	(607 481)
Participações financeiras	(679 353)	(750)
Aumentos em outras contas do activo	(4 669 800)	23 694 480
	(5 239 824)	23 487 883
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Aumento/diminuição	—	—
Emissão de empréstimos obrigacionistas	—	35 000 000
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(199 519 159)	(96 018 595)
Reembolso de empréstimos concedidos	4 788 181	—
Distribuição de dividendos	(6 000 000)	—
Indemnizações com pré-reformas	—	(401 303)
Outras contas de passivo	(6 836 777)	3 655 573
	(207 567 755)	(57 764 325)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(1 460 956)	(1 139 777)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 071 284	5 211 061
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2 610 328	4 071 284

O Conselho de Administração: *Paulo Azevedo Pereira da Silva*, presidente — *José Domingos Alves Silva Neves* — *Hélio Teixeira Duarte* — *João Adriano Azevedo Seixas Vale* — *Virgílio Luís de Sousa Repolho*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Mapa de alterações na situação líquida para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

	(Em euros)				
	Total da situação líquida	Capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2000	84 162 367	43 695 000	3 267 126	8 566 226	28 634 015
Constituição de reservas:					
Reserva legal	—	—	—	718 269	(718 269)
Bónus a empregados	(357 294)	—	—	—	(357 294)
Indemnizações com pré-reformas	(401 303)	—	—	—	(401 303)
Resultado líquido do exercício de 2001	8 010 446	—	—	—	8 010 446
Saldos em 31 de Dezembro de 2001	91 414 216	43 695 000	3 267 126	9 284 495	35 167 595
Constituição de reservas:					
Reserva legal	—	—	—	805 000	(805 000)

(Em euros)

	Total da situação líquida	Capital	Prémios de emissão	Reservas legais	Reservas livres e resultados acumulados
Distribuição de dividendos	(6 000 000)	—	—	—	(6 000 000)
Resultado líquido do exercício de 2002	6 757 815	—	—	—	6 757 815
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	92 172 031	43 695 000	3 267 126	10 089 495	35 120 410

O Conselho de Administração: *Paulo Azevedo Pereira da Silva*, presidente — *José Domingos Alves Silva Neves* — *Hélio Teixeira Duarte* — *João Adriano Azevedo Seixas Vale* — *Virgílio Luís de Sousa Repolho*. — O Técnico Oficial de Contas, (Assinatura ilegível.)

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2002 e 2001

1 — Políticas contabilísticas:

1.1 — *Bases de apresentação.* — A BCP Leasing, S. A., é uma sociedade privada constituída em Portugal, por escritura pública de 22 de Março de 1989. A sociedade iniciou a sua actividade no mês de Junho de 1989 e o seu objecto social consiste no exercício da actividade de locação financeira nos termos da legislação aplicável.

As contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os anos findos em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As Demonstrações Financeiras da BCP Leasing, S. A., foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª Directiva — n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas de bancos e outras instituições financeiras.

1.2 — *Reconhecimento de custos e proveitos.* — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

1.3 — *Provisão específica para crédito concedido.* — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo capital e juros em mora, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação da adequabilidade desta provisão é efectuada periodicamente pela sociedade tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, e n.º 2/99, de 15 de Janeiro.

1.4 — *Provisão para outras aplicações.* — A provisão para outras aplicações corresponde às diferenças negativas entre o valor do capital vincendo dos bens recuperados e o respectivo valor de mercado, com base no disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

1.5 — *Provisão para riscos gerais de crédito.* — Esta provisão destina-se a cobrir os riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo. A provisão para riscos gerais de crédito é constituída com base no disposto nos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, e n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal.

1.6 — *Operações de titularização.* — Os activos, créditos e títulos, cedidos pelo Grupo BCP no âmbito das operações de titularização (securitização), são eliminados do activo consolidado sendo a respectiva mais ou menos-valia gerada, calculada como a diferença entre o valor da cedência e o valor contabilístico dos activos cedidos, reconhecida como um ganho ou perda do exercício.

1.7 — Obrigações, acções e outros títulos:

Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício.

Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição acrescido dos juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao valor contabilístico.

De acordo com o estabelecido no Plano de Contas para o Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

1.8 — Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos:

Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista:

Constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, resultados em moeda estrangeira, operações à vista a aguardar liquidação e operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio indicativo do Banco de Portugal e as diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo:

Constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes. Os contratos relativos a essas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas, são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de *swap* de taxas de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

1.9 — *Participações e partes de capital em empresas coligadas.* — As participações e partes de capital em empresas coligadas encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, sendo constituída uma provisão para fazer face a eventuais prejuízos futuros quando se verifica uma desvalorização de carácter permanente do seu valor.

1.10 — *Despesas de estabelecimento, obras em imóveis arrendados, equipamento e outras imobilizações.* — As despesas de estabelecimento, obras em imóveis arrendados, equipamento e outras imobilizações são contabilizadas ao respectivo custo de aquisição. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Despesas de estabelecimento	3
Imóveis	50
Obras em imóveis arrendados	10
Equipamento	4 a 10
Outras imobilizações	3

1.11 — *Custos plurianuais.* — Os custos plurianuais referem-se a encargos com o desenvolvimento de projectos e são diferidos para períodos contabilísticos futuros, sendo amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos todos os critérios seguintes:

- i) O produto ou processo esteja claramente definido e os custos atribuíveis ao produto ou processo possam ser identificados separadamente;
- ii) Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;
- iii) Exista a intenção de comercializar ou utilizar o produto ou processo;
- iv) Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;
- v) Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

1.12 — *Locação financeira:*

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como crédito concedido pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos respectivos períodos durante o prazo da locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

1.13 — *Pensões de reforma.* — O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV).

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo BCP agregou os diversos Fundos de Pensões num único fundo denominado por Fundo de Pensões do Grupo BCP, nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo BCP de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (Plano Complementar).

A responsabilidade com pensões de reforma relativa aos colaboradores do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor, adquiridos por Fundo de Pensões do Grupo BCP em 2000, encontra-se coberta pelo Fundo de Pensões do Banco Mello e pelo Fundo de Pensões do Banco Pinto & Sotto Mayor, respectivamente. Em 2002, estes fundos foram integrados no Fundo de Pensões do Grupo BCP.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo Plano ACTV — Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV), pelo Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros do Sector Bancário e pelo Plano CCT — Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

A responsabilidade do Grupo BCP com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas, para cada plano separadamente.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal.

Os pagamentos aos fundos são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do plano complementar quando atribuído, e com o objectivo de cumprir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal. Com a entrada em vigor do aviso n.º 12/2001 o financiamento mínimo das responsabilidades passa a ser em 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Até ao exercício de 2000, inclusive, a insuficiência do Fundo em relação às responsabilidades com serviços passados, determinada com base na avaliação actuarial efectuada, era financiada pelas empresas do Grupo e considerada como um custo do exercício. O excesso resultante desta análise foi em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades com serviços passados não financiados, incluindo as decorrentes do Plano Complementar, sendo o valor remanescente considerado como um proveito do exercício.

Conforme estabelecido no aviso n.º 12/2001, o Grupo BCP determinou a insuficiência do valor do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2001, resultante dos ganhos e perdas actuariais decorrentes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados relativamente aos valores mínimos de financiamento das responsabilidades resultantes da aplicação do aviso n.º 6/95, e reconheceu tal montante como um passivo e um activo, a ser imputado a custos do exercício, a partir de 2002, com base no método do corredor. De acordo com o referido aviso, o valor dos ganhos e perdas actuariais é atualizado anualmente sendo imputado a custos do exercício de acordo com o método do corredor.

De acordo com o método do corredor e conforme os avisos n.ºs 12/2001 e 7/2002, o valor acima do corredor é registado em despesas antecipadas e será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior.

1.14 — *Fiscalidade.* — A sociedade está sujeita ao regime fiscal consagrado pelo Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

O conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os fiscalmente aceites para efeitos de tributação em IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

1.15 — *Distribuição de resultados pelos colaboradores.* — De acordo com os estatutos da sociedade, os accionistas, em assembleia geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída aos colaboradores, competindo ao conselho de administração fixar os respectivos critérios.

Em substância, estes montantes a pagar aos colaboradores são considerados distribuição de resultados na mesma base dos dividendos a

pagar aos accionistas, por serem uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os colaboradores. Esta distribuição de resultados é debitada em reservas no exercício em que o pagamento é efectuado.

Na opinião do conselho de administração da sociedade, a contabilização da distribuição de resultados pelos colaboradores é apropriada,

de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Caixa	8 746	8 613
Banco de Portugal	3 487	7 766
	<u>12 233</u>	<u>16 379</u>

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Banco Comercial Português, S. A.	2 029 874	1 387 417
Outras instituições de crédito	571 708	2 675 254
	<u>2 601 582</u>	<u>4 062 671</u>

4 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Crédito interno:		
Crédito sobre clientes residentes no País:		
Capital em locação	2 281 302 828	2 171 034 898
Adiantamentos por contratos a realizar	14 748 189	29 507 317
	<u>2 296 051 017</u>	<u>2 200 542 215</u>
Crédito e juros vencidos:		
Menos de 90 dias	8 477 331	7 773 157
Mais de 90 dias	25 073 520	21 501 758
	<u>33 550 851</u>	<u>29 274 915</u>
	<u>2 329 601 868</u>	<u>2 229 817 130</u>
Provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa	(16 751 057)	(16 584 876)
	<u>2 312 850 811</u>	<u>2 213 232 254</u>

A análise do crédito interno, de acordo com o prazo remanescente das operações, é a seguinte:

	(Em euros)	
	2002	2001
Até três meses	18 776 922	20 132 216
De três meses até um ano	77 301 323	92 902 090
De um ano a cinco anos	1 131 596 671	1 077 622 118
Mais de cinco anos	1 068 376 101	1 009 885 791
	<u>2 296 051 017</u>	<u>2 200 542 215</u>

A rubrica de capital em locação inclui juros periodificados no montante de 7 019 727 euros (2001: 7 648 615 euros). Esta rubrica corresponde às rendas de locação financeira a receber, deduzidas dos juros futuros respectivos e acrescidas do valor residual dos bens locados, como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Rendas de locação financeira a receber	2 632 694 160	2 608 754 479
Juros referentes às rendas de locação financeira a receber	(506 444 744)	(604 309 489)
Valor residual dos bens locados	155 053 412	166 589 908
	<u>2 281 302 828</u>	<u>2 171 034 898</u>

As rubricas de capital em locação e adiantamentos por contratos a realizar podem ser, de acordo com o tipo de locação financeira, analisadas da seguinte forma:

	(Em euros)	
	2002	2001
Capital em locação:		
Locação financeira mobiliária	1 084 395 986	1 085 006 909
Locação financeira imobiliária	1 196 906 842	1 086 027 989
	<u>2 281 302 828</u>	<u>2 171 034 898</u>
Adiantamentos por contratos a realizar:		
Locação financeira mobiliária	2 247 017	12 431 362
Locação financeira imobiliária	12 501 172	17 075 955
	<u>14 748 189</u>	<u>29 507 317</u>
	<u>2 296 051 017</u>	<u>2 200 542 215</u>

A rubrica de adiantamentos por contratos a realizar regista os montantes referentes a contratos que estão ainda em fase de pré-formalização.

A análise do capital em locação e adiantamentos por contratos a realizar, deduzido dos juros periodificados, é a seguinte:

	(Em euros)	
	2002	2001
Capital em locação	2 281 302 828	2 171 034 898
Adiantamentos por contratos a realizar	14 748 189	29 507 317
Juros periodificados	(7 019 727)	(7 648 615)
	<u>2 289 031 290</u>	<u>2 192 893 600</u>

A análise do capital em locação e adiantamentos por contratos a realizar, deduzido dos juros periodificados, de acordo com a distribuição por sector de actividade do locatário, é a seguinte:

	(Em euros)	
	2002	2001
Agricultura e silvicultura	21 483 626	21 291 819
Indústrias extractivas	29 638 448	31 997 499
Alimentação, bebidas e tabaco	39 836 325	33 477 669
Têxteis	87 115 900	86 579 035
Madeira e cortiça	20 544 151	23 789 573
Papel, artes gráficas e editoras	58 004 849	60 824 516
Químicas	71 624 271	69 456 891
Electricidade, água e gás	16 666 998	21 162 722
Máquinas e equipamento	158 989 579	148 076 903
Construção	232 671 383	227 022 172
Comércio a retalho	289 227 719	272 315 478
Comércio por grosso	284 302 065	273 754 290
Hotéis e restaurantes	64 327 108	62 344 350
Transportes e comunicações	235 265 211	255 568 403
Serviços	461 673 605	424 651 388
Outras actividades nacionais	217 660 052	180 580 892
	<u>2 289 031 290</u>	<u>2 192 893 600</u>

A rubrica de crédito e juros vencidos inclui os valores de capital e juros das prestações vencidas e não cobradas, bem como o capital vincendo relativo a contratos rescindidos cujo bem não foi recuperado.

A análise do crédito e juros vencidos, de acordo com a distribuição por sector de actividade do locatário, é a seguinte:

	(Em euros)	
	2002	2001
Agricultura e silvicultura	739 794	557 200
Indústrias extractivas	532 408	356 083
Alimentação, bebidas e tabaco	590 093	357 711
Têxteis	1 741 679	1 674 533
Madeira e cortiça	314 094	331 776
Papel, artes gráficas e editoras	698 753	856 257
Químicas	861 550	878 449
Electricidade, água e gás	19 139	3 737
Máquinas e equipamento	3 354 677	2 398 561
Construção	4 516 854	4 203 830
Comércio a retalho	2 282 584	2 693 765
Comércio por grosso	4 008 180	2 945 571
Hotéis e restaurantes	1 240 662	818 277
Transportes e comunicações	4 650 343	4 791 204

(Em euros)

	2002	2001
Serviços	5 442 038	4 617 615
Outras actividades nacionais	2 558 003	1 790 346
	<u>33 550 851</u>	<u>29 274 915</u>

A provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa destina-se a fazer face a riscos específicos de cobrança, de acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1.3. Os movimentos da provisão para crédito vencido e de cobrança duvidosa são analisados, como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	16 584 876	10 354 230
Provisão do exercício	25 777 588	13 576 507
Reposições	(13 386 165)	(1 531 655)
Utilização de provisões	(12 225 242)	(5 814 206)
Saldo em 31 de Dezembro	<u>16 751 057</u>	<u>16 584 876</u>

Durante o exercício de 2002, a BCP Leasing, S. A., procedeu à anulação de créditos pela utilização de provisões no montante de 12 225 242 euros (2001: 5 814 206 euros).

De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, conforme política contabilística referida na nota n.º 1.2, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos. A 31 de Dezembro de 2002, a anulação de proveitos de locação financeira é de 2 462 707 euros (2001: 2 903 336 euros), dos quais 1 793 838 euros referem-se ao exercício de 2002 (2001: 2 185 524 euros).

Em 16 de Julho de 1999, a Mello Leasing — Sociedade de Locação Financeira, S. A., celebrou com um *special purpose vehicle* (SPV) — Tagus Financing n.º 1, Ltd. — sediado em Jersey, um contrato de securitização de activos. No âmbito desta operação foram vendidos contratos de locação financeira em diversas *tranches*.

O prazo total da operação é de oito anos, com um *revolving period* de dois anos e um limite da operação (*aggregate principal amount outstanding*) fixado em 300 000 000 euros.

O preço de venda foi de 102,4% do par e os custos de processo da venda inicial representaram 1% do par.

Os montantes transferidos de créditos securitizados ao abrigo desta operação, durante o exercício de 2001, ascenderam a 110 417 581 euros com a realização de uma mais-valia de 2 760 439 euros, conforme referido na nota n.º 24.

O impacto no activo da sociedade dos montantes securitizados ao abrigo desta operação representa uma redução, na rubrica de crédito interno, de 60 150 025 euros (2001: 184 960 410 euros).

O *servicer* da operação é a BCP Leasing, S. A., assumindo a cobrança dos créditos por si cedida no âmbito da operação e canalizando-as, por via da efectivação do devido depósito, para a Tagus Financing n.º 1, Ltd., e o Deutsche Bank (Portugal), S. A. A 31 de Dezembro de 2002, o montante referente à comissão de cobranças dos contratos securitizados ascendeu a 532 241 euros (2001: 912 005 euros), conforme mencionado na nota n.º 23.

5 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Participações financeiras em subsidiárias:		
Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.	<u>1 088 367</u>	<u>—</u>
Participações financeiras em associadas e outras:		
Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.	—	409 014
ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.	750	750
Sotima — Sociedade de Transformação Industrial de Madeiras, S. A.	<u>8 968</u>	<u>8 968</u>
	<u>9 718</u>	<u>418 732</u>
Provisões para participações financeiras	<u>1 098 085</u>	<u>418 732</u>
	<u>(8 968)</u>	<u>(8 968)</u>
	<u>1 089 117</u>	<u>409 764</u>

A 31 de Dezembro de 2002 a BCP Leasing, S. A., detém 100% do capital da Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A., tendo adquirido 75% do capital a 27 de Dezembro de 2002.

A BCP Leasing, S. A., detém uma quota representativa de 0,3% do capital da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E., no valor de 750 euros, valorizada ao custo de aquisição.

A BCP Leasing, S. A., detém uma participação financeira de 0,05% no capital da Sotima — Sociedade de Transformação Industrial de Madeiras, S. A., relativa a 1798 acções valorizadas ao custo de aquisição. Esta participação encontra-se integralmente provisionada à data de 31 de Dezembro de 2002.

6 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Custo:		
Trespases	12 470	12 470
Despesas de estabelecimento	<u>903 499</u>	<u>903 499</u>

	(Em euros)	
	2002	2001
Custos plurianuais	2 876 160	2 875 867
Software	1 789 017	1 391 770
Imobilizações em curso	38 857	73 655
Outras imobilizações incorpóreas	262 564	262 564
	<u>5 882 567</u>	<u>5 519 825</u>
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(373 776)	(332 007)
Relativas a exercícios anteriores	(4 828 212)	(4 498 838)
	<u>(5 201 988)</u>	<u>(4 830 845)</u>
	<u>680 579</u>	<u>688 980</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizações incorpóreas, durante o ano de 2002, são analisados como segue:

	(Em euros)			
	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/dotações	Transfe-rências	Saldo em 31 de Dezembro
Custo:				
Trespases	12 470	—	—	12 470
Despesas de estabelecimento	903 499	—	—	903 499
Custos plurianuais	2 875 867	293	—	2 876 160
Software	1 391 770	340 355	56 892	1 789 017
Imobilizações em curso	73 655	9 411	(44 209)	38 857
Outras imobilizações incorpóreas	262 564	—	—	262 564
	<u>5 519 825</u>	<u>350 059</u>	<u>12 683</u>	<u>5 882 567</u>
Amortizações acumuladas:				
Trespases	7 620	4 156	—	11 776
Despesas de estabelecimento	881 944	21 509	—	903 453
Custos plurianuais	2 630 595	108 874	—	2 739 469
Software	1 048 122	239 237	(2 633)	1 284 726
Outras imobilizações incorpóreas	262 564	—	—	262 564
	<u>4 830 845</u>	<u>373 776</u>	<u>(2 633)</u>	<u>5 201 988</u>

7 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Custo:		
Imóveis	2 112 638	2 039 190
Obras em imóveis arrendados	1 357 785	1 358 607
Mobiliário e material	765 530	516 284
Máquinas e ferramentas	486 917	473 589
Equipamento informático	2 934 526	2 873 696
Instalações interiores	538 279	521 001
Equipamento de transporte	622 024	839 590
Imobilizado em locação financeira	—	734 208
Imobilizações em curso	1 128	3 929
Outras imobilizações corpóreas	221 388	222 047
	<u>9 040 215</u>	<u>9 582 141</u>
Amortizações acumuladas:		
Relativas ao exercício corrente	(616 623)	(743 508)
Relativas a exercícios anteriores	(6 128 804)	(5 685 121)
	<u>(6 745 427)</u>	<u>(6 428 629)</u>
	<u>2 294 788</u>	<u>3 153 512</u>

Os movimentos da rubrica de imobilizações corpóreas, durante o ano de 2002, são analisados como segue:

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transfe- rências	Saldo em 31 de Dezembro
(Em euros)					
Custo:					
Imóveis	2 039 190	—	(102 748)	176 196	2 112 638
Obras em imóveis arrendados	1 358 607	—	(822)	—	1 357 785
Mobiliário e material	516 284	636	(2 466)	251 076	765 530
Máquinas e ferramentas	473 589	783	(5 910)	18 455	486 917
Equipamento informático	2 873 696	2 177	(12 642)	71 295	2 934 526
Instalações interiores	521 001	—	—	17 278	538 279
Equipamento de transporte	839 590	23 160	(255 208)	14 482	622 024
Imobilizado em locação financeira	734 208	—	(204 384)	(529 824)	—
Imobilizações em curso	3 929	28 840	—	(31 641)	1 128
Outras imobilizações corpóreas	222 047	—	(659)	—	221 388
	<u>9 582 141</u>	<u>55 596</u>	<u>(584 839)</u>	<u>(12 683)</u>	<u>9 040 215</u>
Amortizações acumuladas:					
Imóveis	823 255	87 047	(11 137)	25 674	924 839
Obras em imóveis arrendados	884 068	48 355	(732)	—	931 691
Mobiliário e material	467 995	13 292	(2 466)	251 076	729 897
Máquinas e ferramentas	379 036	34 125	(5 910)	18 456	425 707
Equipamento informático	2 232 336	285 465	(12 642)	54 970	2 560 129
Instalações interiores	443 507	22 844	—	17 278	483 629
Equipamento de transporte	678 791	113 504	(234 764)	14 482	572 013
Imobilizado em locação financeira	409 949	3 873	(34 519)	(379 303)	—
Outras imobilizações corpóreas	109 692	8 118	(288)	—	117 522
	<u>6 428 629</u>	<u>616 623</u>	<u>(302 458)</u>	<u>2 633</u>	<u>6 745 427</u>

8 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	2002	2001
(Em euros)		
Aplicações por recuperação de crédito	16 512 634	13 576 070
Consórcios	763 773	1 174 200
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	3 107 683	1 762 296
Leasefactor, SGPS, S. A.	7 191 518	6 792 029
Outros devedores	4 120 189	3 046 988
	<u>31 695 797</u>	<u>26 351 583</u>
Provisão para outras aplicações	(3 230 729)	(2 855 382)
	<u>28 465 068</u>	<u>23 496 201</u>

A rubrica de aplicações por recuperação de crédito representa os valores relativos aos bens recuperados por não exercício da opção de compra ou por resolução de contratos. O montante desta rubrica de representa o capital vincendo dos contratos de locação financeira cujos bens foram recuperados, encontrando-se esses bens em situação de venda ou relocação. De acordo com o tipo de bem, esta rubrica de pode ser analisada como segue:

	2002	2001
(Em euros)		
Aplicações por recuperação de crédito:		
Imóveis	11 889 739	9 743 919
Equipamentos	4 622 895	3 832 151
	<u>16 512 634</u>	<u>13 576 070</u>

A rubrica de consórcios representa os valores em dívida por parte de outras sociedades de locação financeira relativos à aquisição de bens para locação financeira em regime de co-propriedade.

A rubrica de imposto sobre o valor acrescentado a recuperar representa o IVA a recuperar, por reembolsos pedidos e reporte de crédito de imposto, decorrentes da actividade da sociedade.

A rubrica de Leasefactor, SGPS, S. A., no montante de 7 191 518 euros, refere-se a IRC entregue por conta da Leasefactor, SGPS, S. A., no âmbito do processo de regularização fiscal, decorrente do Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro.

A 31 de Dezembro de 2001, A rubrica de Leasefactor, SGPS, S. A., inclui o montante de 2 003 848 euros referente a IRC a receber de 2000.

A rubrica de outros devedores inclui o montante de 1 924 358 euros a receber da Direcção-Geral do Tesouro, no âmbito do processo de regularização fiscal, decorrente do Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro.

A rubrica de outros devedores inclui ainda o montante de 530 291 euros (2001: 1 194 427 euros) referente a adiantamentos a solicitadores decorrentes do processo de formalização dos contratos.

A 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de outros devedores inclui o montante de 349 158 euros a receber da Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A., referente a exercícios anteriores, por comparticipação de custos relativos à reactivação da actividade, angariação de negócio e gestão de contratos. Este montante foi regularizado durante o exercício de 2002.

A 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de outros devedores inclui também o montante de 624 510 euros referente a contribuições autárquicas, SISA e IRC a receber da Direcção-Geral do Tesouro, decorrente da actividade da empresa.

A provisão para aplicações por recuperação de crédito representa a totalidade das diferenças negativas verificadas entre o valor de mercado dos bens e os montantes registados na rubrica de aplicações por

recuperação de crédito, de acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1.4. Os movimentos da provisão para aplicações por recuperação de crédito são analisados como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	2 855 382	2 817 715
Provisão do exercício	1 188 021	1 324 103
Reposições	(213 678)	(267 398)
Utilização de provisões	(598 996)	(1 019 038)
Saldo em 31 de Dezembro	3 230 729	2 855 382

No exercício de 2002, foram anulados saldos de aplicações por recuperação de crédito pela utilização de provisões no montante de 598 996 euros (2001: 1 019 038 euros).

9 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Proveitos a receber de operações de <i>swaps</i>	595 762	1 513 307
Outros proveitos a receber	67 553	171 816
Despesas com custos diferidos	1 169 713	629 340
Outras contas de regularização	1 248 949	632 729
	3 081 977	2 947 192

A rubrica de proveitos a receber de operações de *swaps*, refere-se a operações de *swap* sobre taxa de juro, para cobertura do risco de taxa de juro associada à actividade da sociedade.

A rubrica de outros proveitos a receber refere-se ao montante a receber pela gestão de cobranças dos contratos securitizados, conforme referido na nota n.º 4.

A rubrica de despesas com custos diferidos, inclui o montante de 302 125 euros (2001: 512 493 euros) relativo a despesas incorridas com a emissão dos empréstimos obrigacionistas que estão a ser periodificados ao longo do seu período de vida, referidos nas notas n.ºs 11 e 15.

A rubrica de outras contas de regularização inclui o montante de 316 795 euros (2001: 10 746 euros) referente a contribuições autárquicas e taxas de conservação a imputar a clientes, decorrentes da actividade da sociedade.

10 — Débitos para com instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Mercado monetário interbancário	316 175 000	477 145 000
Recursos de outras instituições de crédito no País	928 460 481	463 471 949
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	3 731 100	4 988 254
	1 248 366 581	945 605 203

A rubrica de mercado monetário interbancário no montante de 316 175 000 euros (2001: 462 533 000 euros) refere-se a recursos obtidos junto do Banco Comercial Português, S. A.

A rubrica de recursos de outras instituições de crédito no País pode ser analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Recursos em moeda nacional:		
Banco Comercial Português, S. A.	909 787 068	435 502 839
Outras instituições financeiras	9 774 516	10 178 116
	919 561 584	445 680 955
Recursos em moeda estrangeira:		
Banco Comercial Português, S. A.	8 898 897	17 790 994
	928 460 481	463 471 949

A rubrica de recursos de instituições de crédito no estrangeiro pode ser analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Recursos em moeda nacional:		
Banco Comercial Português, S. A.	3 082 571	3 980 407

(Em euros)

	2002	2001
Recursos em moeda estrangeira:		
Banco Comercial Português, S. A.	648 529	1 007 847
	3 731 100	4 988 254

A rubrica de débitos para com instituições de crédito tem a seguinte composição, de acordo com o prazo residual das operações:

(Em euros)

	2002	2001
Até três meses	515 101 593	908 511 599
De três meses até seis meses	50 199 519	—
De seis meses até um ano	154 500 000	8 679 083
De um ano até cinco anos	373 514 652	22 479 139
Mais de cinco anos	155 050 817	5 935 382
	1 248 366 581	945 605 203

11 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Número de obrigações	2002
Obrigações de caixa:					
Leasing Atlântico:					
1997 — 3.ª emissão	Julho de 1997	Julho de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	900 000	44 891 811
1998 — 1.ª emissão	Março de 1998	Março de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 000 000	49 879 789
1998 — 2.ª emissão	Julho de 1998	Julho de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	500 000	24 939 895
1998 — 3.ª emissão	Novembro de 1998	Novembro de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	500 000	24 939 895
1998 — 4.ª emissão	Dezembro de 1998	Dezembro de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	600 000	29 927 874
1999 — 1.ª emissão — I	Fevereiro de 1999	Fevereiro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	300 000	14 963 937
1999 — 1.ª emissão — II	Abril de 1999	Abril de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	300 000	14 963 937
1999 — 2.ª emissão — I	Julho de 1999	Julho de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 500 000	15 000 000
1999 — 2.ª emissão — II	Agosto de 1999	Agosto de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 500 000	15 000 000
1999 — 3.ª emissão — I	Setembro de 1999	Setembro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 500 000	15 000 000
1999 — 3.ª emissão — II	Novembro de 1999	Novembro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 500 000	15 000 000
1999 — 4.ª emissão — I	Novembro de 1999	Novembro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	2 000 000	20 000 000
1999 — 4.ª emissão — II	Dezembro de 1999	Dezembro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 000 000	10 000 000
2000 — 1.ª emissão — I	Janeiro de 2000	Janeiro de 2005	Euribor 3 meses + 0,250%	5 000 000	50 000 000
Comercial Leasing:					
1997 — 2.ª emissão	Julho de 1997	Julho de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	700 000	34 915 853
1998 — 1.ª emissão — I	Abril de 1998	Abril de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	200 000	9 975 958
1998 — 1.ª emissão — II	Junho de 1998	Junho de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	300 000	14 963 937
1998 — 1.ª emissão — III	Julho de 1998	Julho de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	300 000	14 963 937
1998 — 2.ª emissão	Novembro de 1998	Novembro de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	500 000	24 939 895
1999 — 1.ª emissão	Fevereiro de 1999	Fevereiro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 000 000	49 879 789
1999 — 2.ª emissão	Maio de 1999	Maio de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	3 750 000	37 500 000
1999 — 3.ª emissão — I	Julho de 1999	Julho de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 500 000	15 000 000
1999 — 3.ª emissão — II	Julho de 1999	Julho de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 500 000	15 000 000
1999 — 4.ª emissão — I	Agosto de 1999	Agosto de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 500 000	15 000 000
1999 — 4.ª emissão — II	Outubro de 1999	Outubro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 500 000	15 000 000
1999 — 5.ª emissão — I	Dezembro de 1999	Dezembro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	2 500 000	25 000 000
1999 — 5.ª emissão — II	Dezembro de 1999	Dezembro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	2 500 000	25 000 000
2000 — 1.ª emissão — I	Janeiro de 2000	Janeiro de 2005	Euribor 3 meses + 0,250%	1 500 000	15 000 000
Nacional Leasing:					
1998 — 2.ª emissão	Dezembro de 1998	Dezembro de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	200 000	9 975 958
1999 — 1.ª emissão — I	Fevereiro de 1999	Fevereiro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	200 000	9 975 958
1999 — 1.ª emissão — II	Abril de 1999	Abril de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	300 000	14 963 937
1999 — 2.ª emissão — I	Setembro de 1999	Setembro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	1 000 000	10 000 000
1999 — 2.ª emissão — II	Outubro de 1999	Outubro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	750 000	7 500 000
1999 — 2.ª emissão — III	Dezembro de 1999	Dezembro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	750 000	7 500 000
2000 — 1.ª emissão — I	Janeiro de 2000	Janeiro de 2005	Euribor 3 meses + 0,250%	1 250 000	12 500 000
Mello Leasing:					
1998 — 1.ª emissão	Março de 1998	Março de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	500 000	24 939 895
1998 — 2.ª emissão	Julho de 1998	Julho de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	500 000	24 939 895
1998 — 3.ª emissão	Outubro de 1998	Outubro de 2004	Euribor 3 meses + 0,250%	500 000	24 939 895

(Em euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Número de obrigações	2002
Macaulease:					
1997 — 1.ª emissão	Julho de 1997	Julho de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	200 000	9 975 958
1998 — 1.ª emissão — I	Abril de 1998	Abril de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	200 000	9 975 958
1998 — 1.ª emissão — II	Julho de 1998	Julho de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	150 000	7 481 968
1998 — 1.ª emissão — III	Setembro de 1998	Setembro de 2003	Euribor 3 meses + 0,250%	150 000	7 481 968
				44 000 000	838 797 897

Em 31 de Dezembro de 2002, as obrigações de caixa venciam juros trimestrais e postecipados, a taxas compreendidas entre 3,207% e 4,625%.

A rubrica de débitos representados por títulos tem a seguinte composição, de acordo com o prazo residual das operações:

(Em euros)

	2002	2001
Até três meses	24 939 895	9 975 958
De três meses até seis meses	34 915 853	19 951 914
De seis meses até um ano	259 374 907	124 699 475
De um ano até cinco anos	519 567 242	838 797 899
	838 797 897	993 425 246

Os reembolsos de obrigações de caixa ocorridos no exercício de 2002 são analisados como segue:

(Em euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Número de obrigações	2002
Obrigações de caixa:					
Leasing Atlântico:					
1997 — 1.ª emissão	Março de 1997	Março de 2002	Euribor 3 meses + 0,125%	200 000	9 975 958
1997 — 2.ª emissão	Junho de 1997	Junho de 2002	Euribor 3 meses + 0,250%	600 000	29 927 876
1997 — 4.ª emissão	Novembro de 1997	Novembro de 2002	Euribor 3 meses + 0,250%	500 000	24 939 895
Comercial Leasing:					
1997 — 1.ª emissão	Junho de 1997	Junho de 2002	Euribor 3 meses + 0,250%	150 000	7 481 968
1997 — 3.ª emissão	Dezembro de 1997	Dezembro de 2002	Euribor 3 meses + 0,250%	500 000	24 939 895
Macaulease:					
1997 — 3.ª emissão	Novembro de 1997	Novembro de 2002	Euribor 3 meses + 0,250%	400 000	19 951 916
Mello Leasing:					
1997 — 2.ª emissão	Junho de 1997	Junho de 2002	Euribor 3 meses + 0,250%	250 000	12 469 946
1997 — 3.ª emissão	Novembro de 1997	Novembro de 2002	Euribor 3 meses + 0,250%	500 000	24 939 895
				3 100 000	154 627 349

12 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Fornecedores de bens para locação financeira	22 040 644	17 343 445
Fornecedores de bens em locação financeira	—	12 591
Imposto sobre o rendimento a pagar	1 742 081	2 905 289
Leasefactor, SGPS, S. A.	2 554 683	—
Consórcios	244 956	452 744
Sector público administrativo	7 428 344	5 374 351
Adiantamento por contratos de <i>leasing</i>	6 487 860	6 046 798
Outros credores	1 817 683	6 421 405
	42 316 251	38 556 623

A rubrica de fornecedores de bens para locação financeira refere-se a aquisições de equipamentos para locação financeira.

A rubrica de imposto sobre o rendimento a pagar refere-se a imposto a pagar em sede de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas, conforme mencionado na nota n.º 28. Tendo o Grupo Leasefactor optado pelo regime de tributação pelo lucro consolidado, a liquidação do IRC é efectuada pela Leasefactor, SGPS, S. A.

A rubrica de Leasefactor, SGPS, S. A., no montante de 2 554 683 euros refere-se a IRC a pagar de exercícios anteriores, no âmbito da regularização fiscal, decorrente do Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro.

A rubrica de consórcios representa os valores em dívida para com outras sociedades de locação financeira, relativos à aquisição de equipamentos para locação financeira em regime de co-propriedade.

A rubrica de sector público administrativo inclui o montante de 3 185 956 euros (2001: 4 931 371 euros), referente a IVA a pagar decorrente da actividade da sociedade.

Esta rubrica de inclui ainda o montante de 3 837 092 euros a pagar à Direcção-Geral do Tesouro, no âmbito da regularização fiscal, decorrente do Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro.

A rubrica de outros credores inclui o montante de 1 246 683 euros (2001: 3 410 353 euros) referente a valores a regularizar no âmbito da operação de securitização realizada em 1999, conforme mencionado na nota n.º 4.

A rubrica de outros credores inclui ainda o montante de 1 295 euros (2001: 230 303) referente a serviços especializados a pagar à Servi-

Banca — Empresa de Prestação de Serviços, A.C.E., conforme mencionado na nota n.º 26.

A 31 de Dezembro de 2001, a rubrica de outros credores inclui o montante de 393 538 euros a pagar ao Banco Comercial Português, S. A., referente ao arrendamento das instalações da BCP Leasing, S. A.

13 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Juros a pagar de recursos alheios	7 832 195	9 182 675
Juros a pagar de operações de <i>swaps</i>	603 277	1 349 567
Férias e subsídio de férias a pagar	1 105 705	1 165 348
Outros custos a pagar	4 761 446	4 182 687
Receitas com proveitos diferidos	1 345 147	949 032
Proveitos em suspenso	4 628 334	3 343 021
Outras contas de regularização	1 032 021	4 445 780
	<u>21 308 125</u>	<u>24 618 110</u>

A rubrica de juros a pagar de recursos alheios representa os juros a pagar relativos a empréstimos e financiamentos referidos nas notas n.ºs 10, 11 e 15.

A rubrica de Juros a pagar de operações de *swaps*, refere-se a operações de *swap* sobre taxa de juro, para cobertura do risco de taxa de juro associada à actividade da empresa.

A rubrica de outros custos a pagar inclui o montante de 4 017 755 euros (2001: 2 584 593 euros) a pagar ao Banco Comercial Português, S. A., referente à comissão de agenciamento.

Esta rubrica de inclui também o montante de 64 558 euros (2001: 176 675 euros) referentes a serviços de gestão integrada a pagar ao Banco Comercial Português, S. A.

A rubrica de outros custos a pagar inclui ainda o montante de 575 171 euros (2001: 1 292 134 euros) referente a serviços especializados a pagar à ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A.C. E.

A rubrica de proveitos em suspenso refere-se às mais-valias obtidas na relocação ou venda de bens recuperados. Estas mais-valias são imputadas a proveitos numa base sistemática durante o período de vida dos novos contratos de locação ou quando os valores de venda são recebidos, respectivamente.

A rubrica de outras contas de regularização inclui o montante de 435 097 euros (2001: 1 129 586 euros) referente a despesas de solidificadores decorrentes do processo de formalização dos contratos.

A rubrica de outras contas de regularização inclui ainda o montante de 596 924 euros (2001: 3 298 775 euros) referente a rendas recebidas de clientes, relativas a contratos de consórcios.

14 — Provisão para riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Provisão para riscos gerais de crédito	23 079 843	22 122 613
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	30 918	—
Provisão para riscos bancários gerais	125 366	2 493 989
	<u>23 236 127</u>	<u>24 616 602</u>

A provisão para riscos gerais de crédito pode ser analisada, como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	22 122 613	20 753 008
Provisão do exercício	957 230	1 369 605
Saldo em 31 de Dezembro	<u>23 079 843</u>	<u>22 122 613</u>

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída no âmbito dos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, e n.º 2/99, de 15 de Janeiro, do Banco de Portugal, de acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1.5.

Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência, no montante de 30 918 euros, destina-se a cobrir responsabilidades com complementos de pensões de reforma que não se encontravam cobertas pelo Fundo de Pensões do Grupo BCP.

A provisão para riscos bancários gerais pode ser analisada, como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
Saldo em 1 de Janeiro	2 493 989	1 825 002
Provisão do exercício	188 294	1 290 775
Utilização de provisões	<u>(2 556 917)</u>	<u>(621 788)</u>
Saldo em 31 de Dezembro	<u>125 366</u>	<u>2 493 989</u>

Esta rubrica de representa a provisão constituída para riscos bancários gerais decorrentes da actividade normal da sociedade.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, a sociedade procedeu à regularização da sua situação fiscal, no âmbito do Decreto-Lei n.º 248-A/2002, de 14 de Novembro, utilizando provisões no montante de 2 556 917 euros.

15 — Passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Número de obrigações	2002
Obrigações de caixa subordinadas:					
Leasimpor:					
1993 — 1.ª emissão	Junho de 1993	Junho de 2003	Euribor 6 meses + 0,4375%	200 000	9 975 958
1993 — 2.ª emissão	Setembro de 1993	Setembro de 2003	Euribor 3 meses + 0,2500%	300 000	14 963 937
Comercial Leasing 1998	Dezembro de 1998	Dezembro de 2008	Euribor 6 meses + 0,1250%	100 000	4 987 979
Macaulease 1993	Janeiro de 1993	Julho de 2003	TBA (a) 1,075	100 000	4 987 979
Lusoleasing 1995	Dezembro de 1995	Novembro de 2005	Euribor 3 meses + 0,4%	200 000	9 975 958
Mello Leasing Perpétuo	Junho de 1992	Indeterminado	Euribor 3 meses + 1,75%	100 000	4 987 979
BCP Leasing Perpétuo	Dezembro de 2001	Indeterminado	Euribor 3 meses + 1,75%	7 000 000	35 000 000
				8 000 000	84 879 790

(a) TBA — Taxa base anual do Banco de Portugal.

Estes empréstimos vencem juros trimestrais e semestrais postecipados. Em 31 de Dezembro de 2002, as taxas de juro variavam entre 3,25% e 4,75%.

Após o décimo ano da sua emissão, as obrigações BCP Leasing Perpétuo serão remuneradas segundo o mesmo indexante acrescido de um spread de 2,25%.

A rubrica de passivos subordinados tem a seguinte composição de acordo com o prazo residual das operações:

(Em euros)

	2002	2001
De três a seis meses	9 975 958	—
De seis meses até um ano	19 951 916	9 975 958
De um ano até cinco anos	44 975 958	44 891 810
Mais de cinco anos	39 903 833	44 975 957
	84 879 790	129 771 600

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, são analisados como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Encargos imputados com passivos subordinados	4 898 714	4 711 157
Encargos pagos com passivos subordinados	5 047 321	4 504 265

Os reembolsos de passivos subordinados ocorridos no exercício de 2002 são analisados como segue:

(Em euros)

Descrição da emissão	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Número de obrigações	2002
Obrigações de caixa subordinadas:					
Leasimpor:					
1992 — 1.ª emissão	Junho de 1992	Junho de 2002	TBA x 1,060	70 000	3 491 585
1992 — 2.ª emissão	Julho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,060	130 000	6 484 373
1992 — 3.ª emissão	Dezembro de 1992	Dezembro de 2002	TBA x 1,065	300 000	14 963 937
Leasing Atlântico:					
1992 — 1.ª emissão	Junho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,060	100 000	4 987 979
1992 — 2.ª emissão	Julho de 1992	Julho de 2002	TBA x 1,060	100 000	4 987 979
1992 — 3.ª emissão	Dezembro de 1992	Dezembro de 2002	TBA x 1,065	200 000	9 975 957
				900 000	44 891 810

16 — Capital:

O capital social de 43 695 000 euros representado por 43 695 000 acções de valor nominal de 1 euro cada uma, encontra-se integralmente subscrito e realizado.

A 31 de Dezembro de 2002, a BCP Leasing, S. A., é detida em 99,99% pela Leasefactor, SGPS, S. A.

17 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa a sociedade deverá reforçar anualmente a reserva legal com, pelo menos, 10% dos lucros líquidos anuais, até à concorrência de capital social. Esta reserva, normalmente não está disponível para distribuição e pode ser utilizada para absorver prejuízos futuros e para aumentar o capital.

Em função dos resultados líquidos do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, deverá ser afectado à reserva legal o montante aproximado de 664 373 euros.

18 — Reservas e resultados transitados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Reserva legal	10 089 495	9 284 495
Prémios de emissão	3 267 126	3 267 126
Outras reservas e resultados transitados	28 362 595	27 157 149
	<u>41 719 216</u>	<u>39 708 770</u>

No mês de Março de 2002, de acordo com deliberação em assembleia geral, a sociedade distribuiu dividendos no montante de 6 000 000 euros.

Durante o exercício de 2001, a BCP Leasing, S. A., registou em outras reservas o acréscimo de responsabilidades por reformas antecipadas no montante de 401 303 euros de acordo com autorização do Banco de Portugal.

De acordo com os estatutos da sociedade, os accionistas, em assembleia geral de 7 Março de 2001 aprovaram a distribuição de resultados pelos colaboradores no montante de 357 264 euros, conforme política contabilística descrita na nota n.º 1.15.

19 — Pensões de reforma:

A empresa assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Sector Bancário (ACTV). Para a cobertura das suas responsabilidades são efectuadas contribuições para o Fundo de Pensões do Grupo BCP o qual é gerido pela Pensões Gere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A.

De acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1.13, as responsabilidades da empresa por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, calculada com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

(Em euros)

	2002	2001
Responsabilidades por benefícios projectados:		
Reformados e pensionistas	201 217	144 896
Pessoal no activo	<u>7 667 468</u>	<u>5 401 996</u>
	7 868 685	5 546 892
Valor do fundo	<u>(8 011 330)</u>	<u>(6 599 765)</u>
	(142 645)	(1 052 873)
Provisões constituídas e valores a pagar	<u>(30 918)</u>	—
Diferença de cobertura	<u>(173 563)</u>	<u>(1 052 873)</u>

A variação da diferença de cobertura em 2002 e 2001 é analisada como segue:

(Em euros)

	Diferença de cobertura	Provisões	Total
Valores em 1 de Janeiro	(1 052 873)	—	(1 052 873)
Custo normal	604 165	—	604 165
Custo dos juros	332 338	—	332 338
Rendimento esperado dos activos	(409 453)	—	(409 453)
Ganhos e perdas actuariais	1 002 286	30 918	1 033 204
Contribuições para o Fundo	(880 488)	—	(880 488)
Pagamentos efectuados	<u>230 462</u>	—	<u>230 462</u>
Valores em 31 de Dezembro	<u>(173 563)</u>	<u>30 918</u>	<u>(142 645)</u>

Em 2002, a Empresa contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de 735 796 euros, excluindo o reforço de provisões líquidas para responsabilidades extra-fundo, no montante de 30 918 euros, e cuja análise é apresentada como segue (em euros):

Custo dos serviços correntes	604 165
Custo dos juros	332 338
Rendimento esperado dos activos	(409 453)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	(39 257)
Aquisição de prémios de seguro	217 111
Outros	<u>30 892</u>
Custo do período	<u>735 796</u>

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros do Banco de Portugal exigidos pelo aviso n.º 12/2001. A análise comparativa destes pressupostos é apresentada como segue:

	2002	2001
Taxa de crescimento salarial (percentagem)	3	3
Taxa de crescimento das pensões (percentagem)	2	2
Taxa de rendimento do Fundo (percentagem)	6	6
Taxa de desconto (percentagem)	6	6
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de invalidez (percentagem)	—	—
Taxa de <i>turnover</i> (percentagem)	—	—

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

20 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em euros)

	2002	2001
Juros de locação financeira mobiliária	55 833 442	65 893 650
Juros de locação financeira imobiliária	66 745 938	70 039 257
Juros de operações de <i>swaps</i>	5 031 063	10 195 430
Juros de crédito vencido	1 595 885	1 458 678
Juros de outras aplicações	87 711	242 595
	<u>129 294 039</u>	<u>147 829 610</u>

21 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em euros)

	2002	2001
Juros de recursos de instituições de crédito	37 867 604	41 404 335
Juros de obrigações de caixa	34 849 998	49 994 245
Juros de empréstimos subordinados	4 898 714	4 711 157
Juros de operações de <i>swaps</i>	4 995 457	9 963 486
Outros juros	1 718	5 566
	<u>82 613 491</u>	<u>106 078 789</u>

22 — Provisões para riscos de crédito:

As provisões para riscos de crédito do exercício, líquidas de anulações e reposições, são analisadas como segue:

(Em euros)

	2002		
	Provisões do exercício	Anulações/ reposições	Movimento líquido
Crédito vencido e de cobrança duvidosa	25 777 588	(13 386 165)	12 391 423
Riscos gerais de crédito	957 230	—	957 230
	<u>26 734 818</u>	<u>(13 386 165)</u>	<u>13 348 653</u>
	2001		
	Provisões do exercício	Anulações/ reposições	Movimento líquido
Crédito vencido e de cobrança duvidosa	13 576 507	(1 531 655)	12 044 852
Riscos gerais de crédito	1 369 605	—	1 369 605
	<u>14 946 112</u>	<u>(1 531 655)</u>	<u>13 414 457</u>

23 — Comissões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em euros)

	2002	2001
Proveitos de comissões:		
Comissões de locação financeira	4 077 339	4 573 871
Outros proveitos de comissões	532 241	912 156
	<u>4 609 580</u>	<u>5 486 027</u>
Custos de comissões:		
Comissão de agenciamento	12 234 385	9 883 534
Outros custos de comissões	1 014 063	927 766
	<u>13 248 448</u>	<u>10 811 300</u>
Resultados líquidos de comissões	<u>(8 638 868)</u>	<u>(5 325 273)</u>

A rubrica de comissões de locação financeira refere-se a comissões cobradas pela abertura e manutenção de *dossiers* de crédito.

A rubrica de outros proveitos de comissões no montante de 532 241 euros (2001: 912 005 euros) refere-se ao montante cobrado pela gestão de cobranças dos contratos securitizados, conforme referido na nota n.º 4.

O montante de 12 234 385 euros (2001: 9 888 534 euros) refere-se à comissão de agenciamento do Banco Comercial Português, S. A., conforme mencionado na nota n.º 13.

A rubrica de outros custos de comissões inclui o montante de 297 156 euros (2001: 342 133 euros) relativo a despesas incorridas com a emissão de empréstimos obrigacionistas, referidos nas notas n.ºs 11 e 15.

24 — Outros proveitos:

O valor desta rubrica é composto por:

	(Em euros)	
	2002	2001
Outros proveitos de exploração:		
Proveitos de prestação de serviços	166 649	133 724
Mais-valias em bens de locação financeira	2 453 307	4 742 064
Reembolso de despesas	310 016	149 950
Rendimentos de imóveis	103 949	100 782
Recuperação de crédito e juros	5 507 221	5 922 457
Outros proveitos de exploração	104 097	154 875
	<u>8 645 239</u>	<u>11 203 852</u>
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na alienação de imobilizações	228 746	238 677
Outros ganhos extraordinários	990 412	1 274 458
	<u>1 219 158</u>	<u>1 513 135</u>
	<u>9 864 397</u>	<u>12 716 987</u>

A rubrica de mais-valias em bens de locação financeira inclui o montante de 2 202 334 euros (2001: 1 841 127 euros) respeitante a ganhos obtidos na venda e relocação de bens de contratos de locação financeira rescindidos. As mais-valias obtidas na relocação de bens de contratos de locação financeira rescindidos, são reconhecidos em proveitos conforme referido na nota n.º 13.

A 31 de Dezembro de 2001, esta rubrica de inclui ainda o montante de 2 760 439 euros referente às mais-valias resultantes das vendas de créditos durante o exercício de 2001, no âmbito da operação de securitização, conforme referido na nota n.º 4.

A rubrica de recuperação de crédito e juros representa os montantes relativos à recuperação de crédito e proveitos de locação financeira, anteriormente anulados de acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal no Plano de Contas para o Sistema Bancário.

A rubrica de outros ganhos extraordinários inclui o montante de 240 534 euros (2001: 929 900 euros) relativo a recuperação de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas de exercícios anteriores.

25 — Custos com o pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

	(Em euros)	
	2002	2001
Remunerações	7 939 093	7 186 416
Encargos sociais obrigatórios	2 260 261	1 695 222
Encargos sociais facultativos	55 094	130 990
Outros custos	199 283	303 389
	<u>10 453 731</u>	<u>9 316 017</u>

O valor total de remunerações atribuídas aos órgãos de administração, fiscalização e direcção, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, registado na rubrica de remunerações, foi de 240 974 euros (2001: 314 736 euros).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço da sociedade durante os exercícios de 2002 e 2001, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	2002	2001
Direcção	28	30
Enquadramento	29	19
Técnicos	37	98
Outras funções	146	92
	<u>240</u>	<u>239</u>

26 — Outros gastos administrativos:

O valor desta rubrica é composto por:

	(Em euros)	
	2002	2001
Água, energia e combustíveis	129 057	136 316
Material de consumo corrente	202 307	410 569
Rendas e alugueres	1 737 147	860 135
Comunicações	414 955	557 382
Deslocações, estadias e despesas de representação	307 724	294 374
Publicidade	111 488	479 385
Conservação e reparação	162 781	227 973
Formação	1 887	9 334
Serviços especializados	5 519 649	4 942 425
Outros fornecimentos e serviços	642 112	871 676
	<u>9 229 107</u>	<u>8 789 569</u>

A rubrica de rendas e alugueres inclui o valor de 1 593 986 euros (2001: 729 889 euros) referente a arrendamento das instalações da BCP Leasing, S. A.

A rubrica de serviços especializados inclui o montante de 1 661 051 euros (2001: 1 866 779 euros) referente a serviços especializados prestados pela ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E., conforme mencionado nas notas n.ºs 12 e 13.

A rubrica de serviços especializados inclui também o montante de 928 681 euros (2001: 451 670 euros), referente a custos relacionados com recuperação de crédito vencido.

A rubrica de serviços especializados inclui ainda o montante de 321 329 euros (2001: 396 303 euros) referente a serviços de gestão integrada prestados pelo Banco Comercial Português, S. A., conforme mencionado na nota n.º 13.

27 — Outros custos:

O valor desta rubrica é composto por:

	(Em euros)	
	2002	2001
Outros custos de exploração:		
Menos-valias em bens de locação financeira	305 896	229 979
Outros custos de exploração	36 723	8 046
	<u>342 619</u>	<u>238 025</u>

	(Em euros)	
	2002	2001
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na alienação de imobilizações	422	—
Anulação de juros vencidos	628 184	363 254
Operações cambiais	204 125	1 179
Outras perdas extraordinárias	671 725	491 187
	<u>1 504 456</u>	<u>855 620</u>
	1 847 075	1 093 645

A rubrica de menos-valias em bens de locação financeira respeita a perdas obtidas na venda e relocação de equipamentos de contratos de locação financeira rescindidos.

A rubrica de anulação de juros vencidos refere-se à anulação de juros não cobrados, imputados a proveitos em anos anteriores.

28 — Provisão para impostos sobre lucros:

Os encargos com impostos sobre lucros, são analisados como segue (em euros):

Carga fiscal imputada (dotações):

Exercício de 2000	4 065 203
Exercício de 2001	4 648 000
Exercício de 2002	3 661 512

Carga fiscal paga:

Exercício de 2000	6 063 150
Exercício de 2001	1 742 711
Exercício de 2002	1 919 431

Diferença:

Exercício de 2002	1 742 081
-------------------------	-----------

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga, encontra-se registada em outros passivos na rubrica de imposto sobre o rendimento a pagar, conforme mencionado na nota n.º 12.

A provisão para impostos sobre lucros para a sociedade foi calculada de acordo com os critérios vigentes à data do balanço.

29 — Contas extrapatrimoniais:

Os saldos desta conta são analisados como segue:

	(Em euros)	
	2002	2001
<i>Swaps</i> de taxa de juro de cobertura	185 440 474	233 835 939
Compromissos perante terceiros	4 228 573	8 816 873
Outras contas extrapatrimoniais:		
Créditos abatidos ao activo	25 962 252	18 047 629
Juros e despesas de crédito vencido	2 462 707	2 903 336

Rendas vincendas:

De contratos sem rendas em atraso	2 340 702 898	2 342 167 711
De contratos com rendas em atraso	291 991 262	266 586 768

Valores residuais:

De contratos sem rendas em atraso	137 614 122	150 053 053
De contratos com rendas em atraso	17 439 290	16 536 855
Obrigações de caixa emitidas	923 677 687	1 123 196 846

30 — Transacções com empresas do Grupo:

Os saldos e transacções mais significativas com empresas do Grupo estão discriminados nas notas correspondentes.

O Conselho de Administração: *Paulo Azevedo Pereira da Silva*, presidente — *José Domingos Alves Silva Neves* — *Hélio Teixeira Duarte* — *João Adriano Azevedo Seixas Vale* — *Virgílio Luís de Sousa Repolho*. — O Técnico Oficial de Contas, (*Assinatura ilegível*.)

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas da BCP Leasing, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidência um total de 2 351 076 802 euros e um total de capital próprio de 92 172 031 euros, incluindo um resultado líquido de 6 757 815 euros), a demonstração dos resultados do exercício findo naquela data e as correspondentes notas anexas e a demonstração dos fluxos de caixa.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem, de forma verdadeira e apropriada, a posição financeira da empresa e o resultado das suas operações, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião sobre aquelas demonstrações financeiras.

6 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam, de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da BCP Leasing, S. A., referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as empresas de locação financeira.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — Ferreira, Pereira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Vitor Manuel da Cunha Ribeiro*, revisor oficial de contas.

Relatório anual sobre a fiscalização efectuada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002

1 — O presente relatório é emitido nos termos do artigo 451.º, n.º 2, do Código das Sociedades Comerciais e do artigo 52.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal da BCP Leasing, S. A., incluindo o exame das suas contas relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado emitimos nesta data a respectiva certificação legal das contas, sem reservas.

3 — De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:

1) Acompanhamento da gestão da sociedade, através da leitura das actas do conselho de administração e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários;

2) Apreciação das políticas contabilísticas da sociedade quanto à sua adequação e consistência, nomeadamente quanto a provisões e amortizações, reconhecimento ou diferimento de custos e proveitos da locação financeira;

3) Verificação da conformidade das contas que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2002, a demonstração dos resultados do ano então findo bem como as respectivas notas e a demonstração dos fluxos de caixa com as normas aplicáveis em Portugal às sociedades de locação financeira;

4) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;

5) Apreciação do sistema de controlo interno existente na empresa, com especial incidências nas áreas de compras dos bens destinados a locação financeira, prestações de serviços e contas a receber de clientes, devedores e valores a cobrar, tendo sido efectuados os testes de conformidade que considerámos apropriados;

6) Análise da informação financeira divulgada, tendo sido efectuados os testes substantivos seguintes, considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:

Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela sociedade;

Solicitação de confirmações directas e por escrito junto de Bancos e clientes, dos saldos respectivos; análise das explicações subsequentemente prestadas pela empresa para diferenças detectadas; nos casos em que não foi obtida resposta, realização dos procedimentos alternativos considerados necessários;

Conferência em base de amostragem dos bens da rubrica de crédito sobre clientes com os respectivos contratos;

Análise de adequação e consistência das políticas de depreciação dos bens do imobilizado ao serviço da empresa, bem como das amortizações do imobilizado incorpóreo e dos outros custos plurienais;

Análise da situação fiscal da sociedade e revisão do cálculo do montante estimado com impostos sobre lucros;

Análise das várias componentes dos custos e proveitos, perdas e ganhos, registados no exercício, com particular atenção ao seu balançamento, diferimento e acréscimo;

Análise das operações e saldos com empresas do Grupo em que a Empresa se insere;

Solicitação ao advogado da empresa de informações sobre eventuais litígios quanto a cobranças em curso, acções judiciais pendentes e reclamações fiscais.

4 — Apreciamos ainda a conformidade do relatório de gestão do conselho de administração com as contas examinadas e verificámos que satisfaz os requisitos legais.

5 — Solicitámos a declaração do órgão de gestão prevista nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria de Contas.

6 — Em consequência do trabalho efectuado, concluímos que não existem aspectos requerendo a atenção do conselho de administração.

7 — Nesta oportunidade agradecemos a excelente colaboração recebida, no decurso do nosso trabalho, do conselho de administração, directores e colaboradores da sociedade.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — Ferreira, Pereira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho*, revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do fiscal único relativos ao exercício de 2002

De acordo com o disposto nos artigos 420.º e 421.º do Código das Sociedades Comerciais e no cumprimento das funções de fiscal único da BCP Leasing, S. A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 procedemos à fiscalização dos actos da administração da sociedade, averiguámos da observância do cumprimento da lei e dos estatutos, procedemos à verificação dos livros e registos contabilísticos e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Procedemos também à apreciação do relatório de gestão e à verificação da correcção das contas da empresa em 31 de Dezembro de 2002, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados, as respectivas notas explicativas bem como a demonstração dos fluxos de caixa. Da administração e dos serviços obtivemos sempre a documentação e os esclarecimentos solicitados, o que agradecemos, concluindo que:

1.º O relatório de gestão e as contas da BCP Leasing, S. A., relativos a 2002, e os livros de contabilidade satisfazem as disposições legais e estatutárias;

2.º Os actos da administração do nosso conhecimento procuraram salvaguardar o cumprimento da lei e dos estatutos;

3.º As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados encontram-se devidamente evidenciados nas notas às demonstrações financeiras.

Ainda apreciamos o relatório sobre a fiscalização efectuada, elaborado pela sociedade de revisores oficiais de contas, e tomámos conhecimento da sua certificação legal das contas de 2002, à qual damos a nossa concordância.

Apreciamos também o relatório de auditoria, da KPMG Auditores, às contas de 2002 da empresa.

Face ao exposto, somos de parecer que sejam aprovados:

a) O relatório de gestão e as contas do exercício de 2002 apresentados pelo conselho de administração;

b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado relatório de gestão;

c) A gestão da empresa em 2002 pelo conselho de administração.

Finalmente, não podemos deixar de salientar e agradecer a excelente colaboração recebida no desempenho das suas funções, do conselho de administração, directores e colaboradores da sociedade, bem como congratulamo-nos pelos resultados obtidos, de uma forma geral, o que em muito se deve à forma como o conselho de administração desempenhou as suas funções.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — O Fiscal Único: Ferreira, Pereira & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Vitor Manuel da Cunha Ribeirinho*, revisor oficial de contas.

Relatório dos auditores

Examinámos as demonstrações financeiras da BCP Leasing, S. A., em 31 de Dezembro de 2002 e 2001. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras contêm ou não distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas. Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da BCP Leasing, S. A., em 31 de Dezembro de 2002 e 2001, bem como o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, conforme nota n.º 1.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — KPMG, Auditores, S. A.

Relatório do auditor externo

1 — *Introdução.* — Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), apresentamos o nosso relatório de auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002 da BCP Leasing, S. A., incluída no relatório de gestão, no balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 2 351 076 802 euros e um total de capital próprio de 92 172 031 euros, incluindo um resultado líquido de 6 757 815 euros), e na demonstração dos resultados, referentes ao exercício findo naquela data e nas correspondentes notas anexas e na demonstração de fluxos de caixa.

2 — As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional são as que constam dos registos contabilísticos.

3 — *Responsabilidades.* — É da responsabilidade do conselho de administração:

- a) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM;
- b) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
- c) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
- d) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita e em conformidade com o exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

5 — *Âmbito.* — O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo e consistiu:

a) Principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:

A fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
A adequação das políticas contabilísticas adoptadas tendo em conta as circunstâncias, e a consistência da sua aplicação;
A aplicação, ou não, do princípio da continuidade;
A apresentação da informação financeira;
Se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita;

b) Em testes substantivos às transacções não usuais de grande significado.

6 — O nosso trabalho abrangeu ainda o relatório de gestão, tendo verificado a concordância da informação financeira nele constante com os restantes documentos apresentados.

7 — Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

8 — *Opinião.* — Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, não esteja isenta de distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 17 de Janeiro de 2003. — João Augusto & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *João Albino Cordeiro Augusto*, revisor oficial de contas.

Acta n.º 31 da assembleia geral

Aos 20 dias do mês de Fevereiro de 2003, pelas 15 horas e 45 minutos, reuniu na Rua Augusta, 84, em Lisboa, por não haver condi-

ções adequadas na sede social, a assembleia geral da BCP Leasing, S. A., pessoa colectiva n.º 502147652, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 9501, com o capital social de 43 695 000 euros e sede na Avenida José Malhoa, lote 1682, em Lisboa.

Presidiu aos trabalhos o presidente da mesa da assembleia geral, Dr. José Afonso Gil, que foi secretariado pela secretária da sociedade, Dr.ª Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues.

O presidente declarou que, conforme a lista de presenças que lhe foi presente e que rubricou, se encontravam presentes e devidamente representados os accionistas detentores da totalidade do capital social.

Encontravam-se ainda presentes membros do conselho de administração, tendo os ausentes justificado a falta, bem como o representante do fiscal único.

Pelo representante dos accionistas foi declarado que pretendiam constituir-se em assembleia geral universal para deliberar sobre a ordem de trabalhos. Em consequência, o presidente da mesa declarou a assembleia constituída, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1.º Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício de 2002;
- 2.º Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- 3.º Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;
- 4.º Proceder à ratificação da cooptação de um membro do conselho de administração;
- 5.º Deliberar nos termos e para os efeitos do artigo 396.º do Código das Sociedades Comerciais, relativamente à cooptação efectuada.

Submetido à apreciação o ponto 1.º da ordem de trabalhos e após ter verificado que todos os presentes conheciam o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, o presidente colocou à votação os documentos em análise, tendo os mesmos sido aprovados por unanimidade.

Posto à apreciação o ponto 2.º da ordem de trabalhos, e como ninguém desejasse usar da palavra, foi submetida à votação e aprovada pelo representante do accionista a proposta do conselho de administração de aplicação de resultados que era do seguinte teor:

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício, no valor de 6 757 814,98 euros:

- a) 675 800,00 euros para reforço da reserva legal;
- b) 6 082 014,98 euros para reserva livre.

No âmbito do ponto 3.º da ordem de trabalhos, foi presente pelo representante do accionista Leasefactor, SGPS, S. A., e aprovada por unanimidade, a seguinte proposta:

Considerando:

- a) A forma completa e esclarecedora como a actividade da sociedade está descrita no relatório distribuído, bem como o modo exaustivo como as contas esclarecem o respectivo conteúdo;
- b) A actuação do fiscal único, cujo valioso contributo transparece do respectivo parecer;

Proponho que esta assembleia se congratule com a forma como foram exercidas a administração e fiscalização da sociedade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, expressando um voto de confiança e de louvor à actividade desenvolvida por aqueles órgãos sociais e por cada um dos respectivos membros.

Posto à apreciação o ponto 4.º da ordem de trabalhos foi apresentada pelo conselho de administração e aprovada pelo representante dos accionistas a seguinte proposta:

Tendo presente a renúncia do Dr. Nelson Ricardo Bessa Machado ao cargo de membro do conselho de administração e a cooptação do Dr. José Domingos Alves Silva Neves para ocupar o lugar deixado vago, deliberada por este conselho ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 393.º do Código das Sociedades Comerciais, em 13 de Março de 2002, propõe-se, nos termos do n.º 2 do referido preceito legal, que a assembleia geral ratifique a referida cooptação.

Posto à apreciação o ponto 5.º da ordem de trabalhos, foi apresentada pelo representante do accionista Leasefactor, SGPS, S. A., e aprovada por unanimidade a seguinte proposta:

Propõe-se à assembleia que relativamente ao administrador Dr. José Domingos Alves Silva Neves se caucione o exercício das respectivas

funções, no montante de 25 000 euros, por meio de contrato de seguro a favor da sociedade, sendo os encargos de contrato de seguro substitutivo da caução suportados pela sociedade, mas apenas na medida do excesso relativamente ao montante de 5000 euros.

Esgotada a ordem de trabalhos o presidente da mesa, após ter agra-decido a todos os presentes a colaboração prestada no decurso da assembleia, deu por encerrada a sessão, tendo dela sido elaborada a presente acta que, após ter sido aprovada, vai ser assinada pelos presidente da mesa e secretária da sociedade.

A Mesa da Assembleia Geral: *José Afonso Gil*, presidente — *Amélia Machado de Carvalho Branco Rodrigues*, secretária. 2010532805

LISBOA — 4.ª SECÇÃO

CAIXA EMPRESAS DE CRÉDITO, SGPS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção). Matrícula n.º 8926; identificação de pessoa colectiva n.º 504868713; data da inscrição: 14 de Abril de 2004.

Oswaldo Adérito Almeida Brazão Carvalho, segundo-ajudante da Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção):

Certifico, para efeitos de publicação, que foram depositados na pasta respectiva os documentos referentes à prestação de contas, relativos ao exercício do ano de 2003.

Está conforme o original.

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa (4.ª Secção), 21 de Outubro de 2005. — O Segundo-Ajudante, *Oswaldo Adérito Almeida Brazão Carvalho*.

Relatório e contas de 2003

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: *José Manuel Simões Correia*.

Vice-presidente: *Salomão Jorge Barbosa Ribeiro*.

Conselho de administração:

Presidente: *Fernando Miguel Sequeira*, nomeado por Caixa Geral de Depósitos, S. A.

Vice-presidente: *Fernando Dias Nogueira*, nomeado por Caixa Participações, SGPS, S. A.

Administrador: *José Gomes Pedro*, nomeado por Gerbanca, SGPS, S. A.

Fiscal único:

Revisor oficial de contas: *Magalhães, Neves & Associados*, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *Maria Augusta Cardador Francisco*.

Revisor oficial de contas suplente: *Freire, Loureiro & Associados*, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Carlos Manuel Pereira Freire*.

Auditores: *Deloitte*.

Relatório do conselho de administração

Ex.º Accionista. — O conselho de administração da Caixa Empresas de Crédito, SGPS, S. A., no cumprimento dos preceitos legais e estatutários instituídos, apresenta o relatório e contas relativos ao exercício de 2003.

Actividade da empresa

Aspectos gerais

A gestão das empresas participadas foi acompanhada de forma permanente, na prossecução das orientações traçadas para o ano de 2003.

Os objectivos de rentabilidade fixados para as empresas do crédito especializado foram atingidos.

Em 31 de Dezembro de 2003, a composição e custo da carteira de investimentos era a seguinte:

QUADRO 1

(Em milhares de euros)

Empresa	Número de acções	Participação (percentagem)	Custo de aquisição
Imoleasing, S. A.	3 600 000	100	72 729
Locapor, S. A.	2 000 000	100	40 200
Lusofactor, S. A.	800 000	100	5 824

Análise económica e financeira

A sociedade contabilizou, no exercício de 2003, dividendos recebidos das participações que detém, no valor de 2,970 milhares de euros, sendo este o seu único proveito. Os gastos gerais administrativos, reduziram-se em 29,8%, quando comparados com 2002. Esta realidade permitiu que o resultado líquido ascendesse a 2,96 milhares de euros, que traduz um acréscimo de 10,4% face ao ano anterior.

QUADRO 2

Síntese de indicadores

(Em milhares de euros)

	2003	2002	Variação (percentagem)
Activo líquido total	121 950	118 989	2,5
Capital social	50	50	s. s.
Capitais próprios	121 826	118 865	2,5
Resultados líquidos	2 961	2 682	10,4
Rentabilidade dos capitais próprios (percentagem)	2,4	2,3	p.p. 0,1

O activo líquido da Caixa — Empresas de Crédito ascendeu a 122 milhões de euros com a rubrica de partes de capital em empresas coligadas a representar 97,4% do mesmo. Estas participações foram financiadas com suprimentos atribuídos pela Caixa Geral de Depósitos, não remunerados e sem prazo, cujo reembolso ocorre com a existência de disponibilidades decorrentes do recebimento de dividendos das empresas participadas.

No final do ano, o saldo da rubrica de disponibilidades à vista sobre instituições de crédito ascendeu a 3184 milhares de euros, decorrentes da distribuição de resultados da Imoleasing. O peso da rubrica de passivos subordinados passou a representar 95,5% dos capitais próprios, uma vez que não foi efectuado o reembolso dos suprimentos acima referidos.

Proposta de aplicação de resultados

Os resultados líquidos da Caixa Empresas de Crédito, SGPS, S. A., ascenderam, no final do exercício de 2003, a 2 961 247,17 euros.

Considerando o disposto no artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais propõe-se a seguinte aplicação de resultados:

296 124,72 euros para reforço da reserva legal;
2 665 122,45 euros para resultados transitados.

Considerações finais

Ao finalizar o relatório da actividade da empresa referente ao exercício de 2003, o conselho de administração expressa uma menção de agradecimento às entidades e às pessoas que ao longo do ano apoiaram a actividade desenvolvida, contribuindo para os resultados obtidos.

De acordo com o disposto na legislação, declara-se não ter a sociedade quaisquer dívidas em atraso ao sector público estatal, incluindo a segurança social, nem deter acções ou obrigações próprias.

Lisboa, 12 de Março de 2004. — O Conselho de Administração: *Fernando Miguel Sequeira*, presidente — *Fernando Dias Nogueira*, vice-presidente — *José Gomes Pedro*, administrador.